

2.º CICLO DE ESTUDOS

Especialização em Estudos Românicos e Clássicos

***O Seminarista* de Bernardo Guimarães e
Eurico, o Presbítero de Alexandre Herculano:
a morte no espaço de clausura e algumas
leituras setecentistas**

Pétala Antonia Severiano de Sousa

M

2021



Pétala Antonia Severiano de Sousa

***O Seminarista* de Bernardo Guimarães e
Eurico, o Presbítero de Alexandre Herculano:
a morte no espaço de clausura e algumas
leituras setecentistas**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Literários Culturais e
Interartes, orientada pela Professora Doutora Maria Luísa Malato Borralho.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Pétala Antonia Severiano de Sousa

***O Seminarista* de Bernardo Guimarães e
Eurico, o Presbítero de Alexandre Herculano:
a morte no espaço de clausura e algumas
leituras setecentistas**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Literários Culturais e
Interartes, orientada pela Professora Doutora Maria Luísa Malato Borralho.

Membros do Júri

Professora Doutora Maria Luísa Malato Borralho

Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Universidade do Porto

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Aos meus pais

Sumário

Declaração de honra	5
Agradecimentos	6
Resumo	7
Abstract	8
Introdução	12
Capítulo 1 - O Romantismo: um movimento artístico forjado na Revolução.....	24
1.1. O Romantismo em Portugal	32
1.2. O Romantismo no Brasil	38
1.3. Contexto histórico dos textos em estudo	43
Capítulo 2 - Raízes de um tema	47
2.1. Definição de um conceito de grau.....	48
2.2 A óptica de algumas leituras setecentistas	53
2.3 O método comparativo e o diálogo temático	65
Capítulo 3 - Clausura, loucura e morte.....	76
3.1 Os tipos de clausura	77
3.2. As clausuras femininas	79
Considerações finais.....	88
Referências Bibliográficas	90

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico.

Porto, 30 de setembro de 2021

Pétala Antonia Severiano de Sousa

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais que, mesmo à distância, sempre proferiram palavras de encorajamento para que eu não desistisse nem esmorecesse durante a jornada.

Às minhas irmãs, por toda a calma e paciência em me ouvir, por acreditarem em mim e por compreenderem os meus propósitos.

Agradeço à Joelen Cruz da Silva que desde o início esteve ao meu lado me ensinando não só a importância da ciência e da música em nossas vidas, como também a importância da persistência, do foco e do amor. Juntas enfrentamos uma pandemia e as dificuldades encontradas num curso de mestrado, além das dificuldades de adaptação num país diferente.

À Prof.^a Doutora Maria Luísa Malato, que me quis honrar com o seu apoio, agradeço a confiança que em mim depositou. Ao corpo docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto por todos os ensinamentos transmitidos ao longo do mestrado.

Aos meus amigos Matheus Alves, Joice Mendes, Renata Pedrosa e Rafaela Brito Santana, por estarem sempre comigo.

Resumo

Esta dissertação procura comparar duas obras literárias inseridas no romantismo luso-brasileiro. A primeira delas será o romance histórico *Eurico, o Presbítero*, publicado pela primeira vez por Alexandre Herculano em 1844, momento em que já se encontra radicado o romantismo em Portugal. A segunda será *O Seminarista*, romance do sertanista brasileiro Bernardo Guimarães publicado pela primeira vez no Brasil em 1872. A relação entre as duas obras tem-se por intuitiva, mas parece limitar-se a uma relação temática pouco comum: a crítica aos dogmas da igreja católica, que, em ambas as obras, parece ser a causa da morte dos protagonistas. Ao contrário de outros trabalhos, nossa abordagem dá ênfase à reflexão sobre o espaço de clausura, percebida de diferentes maneiras como causa da morte das personagens. O contributo de leituras do século do século XVIII pareceu-nos decisivo para essa reflexão.

Palavras-chave: Romantismo, Alexandre Herculano, Bernardo Guimarães, Clausura, Morte, Iluminismo

Abstract

This dissertation aims to compare two literary novels embedded in Portuguese and Brazilian Romanticism. The first is the historical novel *Eurico, o Presbítero*, which was first published in 1844 by Alexandre Herculano, when Romanticism was already flourishing in Portugal. The second is *O Seminarista*, written by Bernardo Guimarães, a “sertanista” novelist, published in Brazil, in 1872. The relationship between the two works is intuitive, but it appears to be limited to a single theme: the criticism of Catholic dogmas, which appears to be the cause of the death for both protagonists. In contrast with other critical works, our approach focuses on the space of enclosure, perceived in various ways, as the real cause of death. The contribute of 18th century Enlightenment seems to us very important to accomplish this approach.

Keywords: Romanticism, Alexandre Herculano, Bernardo Guimarães, Enclosure, Death, Enlightenment

Introdução

O desejo de estudar o tema da clausura surgiu após assistirmos à *Religiosa*, filme de 2013 do cineasta francês Guillaume Nicloux com base numa adaptação do livro homónimo de Denis Diderot (1713 – 1784) escrito em 1760 e publicado em 1778.

Percebeu-se no filme as provocações feitas, e consequente questionamento dos dramas por que passa a protagonista Suzanne Simonin, devido à igreja e as leis impostas. Mais tarde, duas obras literárias do século XIX, ambas em português e ambas escritas já em pleno Romantismo, nos suscitaram as mesmas reflexões: *Eurico, o presbítero* de Alexandre Herculano e *O Seminarista* de Bernardo Guimarães. A influência da obra de Herculano na obra de Guimarães nos parece inegável. Todavia, a relação entre as duas obras tem-se por intuitiva, e parecem limitar-se a uma relação temática pouco comum: a crítica aos dogmas da igreja católica, que em ambas as obras parece ser a causa da morte dos protagonistas. Mas isso parecia-nos pouco e superficial. Resolvemos então aprofundar a relação intertextual entre as duas obras.

Este último romance, *O Seminarista*, foi já visto pela crítica como adaptação sertaneja de *Eurico, o presbítero*, o romance português de Alexandre Herculano já então muito conhecido no Brasil. Tematicamente reconhecemos logo entre eles muitos pontos aproximativos, como o anticlericalismo, a oposição dos pais às escolhas afetivas dos filhos, a morte e a loucura por amor. Inclusive, em *O Seminarista*, Bernardo Guimarães retorna, com menos poesia, ao esquema final de Herculano em *Eurico, o presbítero*: “[...] a loucura do padre Eugênio após a violação de suas promessas religiosas lembra a morte do presbítero e a demência de Hermengarda” como realça já Alfredo Bosi (1989: p. 158). No entanto, a narrativa bernardiana, cognominada “Eurico brasileiro” por Dilermando Cruz (*apud* Candido, 1993: p. 216), realça, numa presença da carne, traços da sensualidade e dos instintos reprimidos pelo voto de castidade que não vemos no livro de Herculano.

Em comum, terão tido uma semelhante eficácia ideológica. Afirma o historiador Fernando José de Almeida Catroga em seu ensaio *Herculano e o historicismo romântico* (1996: 92) que, Eurico, a narrativa do presbítero godo, surge como uma tentativa de

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

estruturar a forma do romance em Portugal. Mesmo criticando o celibato, um dogma ligado a uma “irremediável solidão da alma”, como deixa claro Herculano no prólogo, o romance é todo centrado na ideia de Cristianismo, entendido como mensagem de liberdade, fraternidade e sacrifício (Catroga, 1996: 92). Segundo Ana Carolina Eiras Coelho Soares, em um artigo que busca compreender as representações textuais sobre a masculinidade heteronormativa através da figura do celibatário escrito para a um periódico da Universidade Federal de Goiás em 2014, *O Seminarista* terá tido idêntico efeito: “[...] a conclusão desse trágico romance viria [...] a acirrar os ânimos em torno dos malefícios das convicções religiosas da manutenção obrigatória do celibato.” (Soares, 2012: 98)

O percurso de investigação sobre estes dois objetos literários, capazes de romper fronteiras geográficas nacionais, pareceu-nos bastante enriquecedor por nos fazer refletir, não somente acerca da nossa temática, a clausura, como também acerca de outros aspetos existentes numa temática ligada à religião capaz de modificar a trajetória das personagens.

O sociólogo Émile Durkheim afirma, no seu texto *As formas elementares da vida religiosa*, que a religião é uma forma fundamental de coesão social (2013: 04). Para o sociólogo, não existem religiões falsas e todas são essencialmente sociais. Considerando esta afirmação de Durkheim, e pensando na religião católica, podemos chegar à conclusão de que, tanto em Portugal quanto no Brasil, o catolicismo foi responsável por unir a população em torno das suas doutrinas eclesiásticas, no entanto, além de instruir e moralizar ambas as nações, foi essencialmente um cimento social. Tendo isso em vista, é natural que encontremos uma quantidade razoável de romances literários que apresentem o padre católico-romano, as freiras/noviças, bispos/arcebispos, os presbíteros, ou outras figuras ligadas à igreja, todas elas observadas a partir de uma perspectiva muitas vezes depreciativa, como, aliás confirma o P.e. Zacarias de Oliveira em *O padre no romance português* (1960: 24). São observados nestes romances comportamentos desviantes em relação à disciplina do celibato eclesiástico, como a falta de vocação, os conflitos internos e as suas implicações.

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

Poderíamos começar por fazer uma lista sumária de livros que, na literatura portuguesa e brasileira do século XIX, se debruçaram sobre a temática religiosa. Não é vasta, mas é significativa. Encontramos desde logo, na literatura portuguesa, o que Zacarias de Oliveira chamou “a clássica trilogia literária portuguesa em que o padre é estudado” (1960: 119). Ele refere-se às seguintes obras: *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, *As Pupilas do Senhor Reitor*, de Júlio Dinis e *Eurico, o presbítero*, de Alexandre Herculano.

Na primeira obra mencionada, encontramos o poder do padre Amaro exercido sobre a ingénua Amélia, a ponto de transformá-la num ser completamente submisso e levá-la a um final trágico. Observa-se que a relação entre Amaro e Amélia está estabelecida segundo os padrões sociais, na relação hierarquizada entre o feminino e o masculino, mas também no elo entre clero e sociedade.

Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, de Júlio Dinis, temos o Senhor Reitor, figura do Padre António, personagem que não apenas representa a imagem do religioso autêntico, militante, cuja vida é dedicada aos outros, especialmente às suas pupilas, como também configura uma espécie de personagem nuclear do romance, porta-voz dos valores que talvez o autor queria transmitir às massas. O título dá ao Senhor Reitor uma centralidade que nem sempre é reconhecida pelos leitores.

A obra escolhida para compor o *corpus* desta dissertação é a terceira desta trilogia: *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano. Ela descortina os conflitos do jovem Eurico que ingressa no clero como um presbítero de paróquia após ter sido proibido de viver o seu amor com Hermengarda. O enredo de *Eurico, o presbítero*, de Herculano, é somente a primeira ficção de *Monasticon*, uma coletânea, agrupada por Herculano, que reúne dois romances históricos re-ambientados em períodos distintos de Portugal: *Eurico, o presbítero* (1859) e *O Monge de Cistér* ou *A epocha de D. João I* (1848). Este último romance tem a sua narrativa situada no declínio do reino dos godos e no princípio da chegada dos árabes à Península Ibérica.

Na literatura brasileira, ainda centrados na temática religiosa, poderíamos traçar equivalente trilogia. Não são muitos os romances sobre a temática, no século XIX e no

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

Brasil. Devemos considerar o romance *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis, obra do realismo brasileiro que retrata a história de Bento Santiago, a sua relação com o seminário e o ciúme doentio por Capitu (Bosi, 1994). Ainda que a religião não seja um assunto central, ela acaba por marcar indelévelmente o romance.

A este romance juntaríamos *O Missionário* (1899), obra do autor amazonense Inglês de Sousa, cujo os estudos, segundo as nossas pesquisas, não foram tão aprofundados. Retrata a história do Padre Antônio Moraes e a maneira como ele lida com os seus sentimentos de inadequação e inutilidade, na pequena província de Silves, situada na região norte do Brasil. Para escapar do tédio, entra em contacto com a natureza selvagem dos índios, mas busca somente o prestígio, esquecendo-se do zelo missionário (Bosi, 1994, p. 32).

Ainda referente à mencionada trilogia brasileira, registaríamos *O Seminarista* (1999), de Bernardo Guimarães, que fará parte do *corpus* dessa dissertação.

Esta nossa dupla trilogia talvez seja inconsciente, mas significativa. Aproxima a obra de Herculano da de Bernardo Guimarães, mas não o faz por acaso, numa época em que a literatura brasileira seguia de muito perto o que se fazia na literatura portuguesa, e na Europa em geral.

Portanto, ao fazermos uma aproximação comparativa dessas duas obras (distintas em alguns pontos e convergentes noutros) nos auxiliará a percepção de como Herculano e Guimarães perspetivam um idêntico tema e um idêntico problema, ainda que cada qual a seu modo em épocas e países distintos, mas unidos pela mesma língua.

Será para nós transversal a temática da clausura. Com efeito, visada por ambos os romances aqui em estudo, ela permite-nos ler a intriga em vários sentidos: o literal e o simbólico, como ritual religioso e como símbolo religioso. Mas também submetê-los a inevitáveis questionamentos morais sobre o bem e o mal, o bem que se torna mal, o mal que conduz a um bem maior. Vale ressaltar que entender a importância dessa prática da clausura, tão antiga e que atravessa diferentes momentos da história do homem, é de suma importância para o entendimento das duas obras. As leis acerca da clausura, no seu sentido canónico, impostas desde os primórdios do Cristianismo

objetivam “o recolhimento, a guarda da castidade, a oração como principal elo a Deus e a conservação do espírito ao abrigo das tentações do mundo.” (Tilloy, 1899:111).

A teórica Paula Barata Dias, num estudo intitulado *Para uma compreensão da Clausura Monástica e Emparedamento enquanto fenómenos históricos e religiosos*, chama-nos a atenção para a antítese existente entre os termos “dar à luz” (expressão utilizada para designar o facto de trazer à vida, parir) e “retirar da luz” (que para Paula Dias é o mesmo que enclausurar-se) (2015: 4). O que temos aqui é um contraste entre a vida e a morte tendo em vista que o ser enclausurado regressa para um estado embrionário, transforma-se e renasce ao mesmo tempo que antecipa as circunstâncias de uma extinção definitiva. Ou seja, a clausura possui significados contraditórios, que invertem os sentidos que a justificam. Também por esta amplitude o tema nos interessará aqui. Tentaremos demonstrar como essas limitações impostas pela igreja foram escolhidas pelos autores para influenciar diretamente na vida das quatro personagens centrais das obras (duas figuras femininas e duas masculinas).

A clausura monástica serve assim de base para que diferentes tipos de clausura sejam percebidos ao longo das leituras. Esses outros tipos, que serão aqui chamados “não monásticos”, visam reconsiderar práticas sociais mais extensas, que em muito ultrapassam as questões religiosas, assim o cremos. Referimo-nos mais concretamente à oposição entre personagens masculinas e femininas, com diferentes e desproporcionadas formas e normas de clausura, que nos levam a reconsiderar as relações entre homens e mulheres e, a partir delas, as hierarquias de poder em geral.

Posto isso, o nosso estudo comparativo entre as duas obras desenvolveu-se com a intenção de responder aos seguintes questionamentos-problemas sociais, tentando perceber neles um interesse literário:

- Podemos considerar a clausura uma agressão à natureza humana, mesmo que o motivo seja religioso, portanto, uma causa ou intenção “nobre”?

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

- É a clausura um caminho para o apaziguamento da paixão e do amor impossível?
- Em que medida outros textos, nomeadamente de séculos anteriores, se cruzam com os textos em apreço?

Com efeito, esta temática da clausura nas duas obras em apreço, parece corresponder a uma ideologia romântica sobre o que é a “natureza humana”, compreensível através de tensões sociais extremadas, como é a do “amor impossível” e conducentes a uma reflexão sobre a “personagem feminina”, em termos que rompem progressivamente com a passividade do género. Para responder aos questionamentos propostos ao longo dos capítulos, analisaremos aqui as quatro personagens centrais com as suas diferentes ações e contextos espaço-temporais, mais ou menos delineadas pelo narrador, com o intuito de identificar os diferentes níveis de clausura que interferem direta ou indiretamente na estrutura da intriga; e, através dessa análise, procuraremos identificar distintas formas de destruição física ou psicológica em cada uma delas, evidenciando como uma estratégia de libertação política nos determinados contextos sociais dos autores se mostra reveladora das questões sociais da época. Mas visaremos em último grau a tópica literária e esta reflexão oitocentista sobre o indivíduo e a sua tensão com a sociedade. Traremos desde logo à liça alguns dados biográficos dos escritores, ainda que o objetivo dessa pesquisa não seja o de elaborar uma biografia detalhada sobre ambos. Suas vidas já foram demasiadamente estudadas a partir dos mais diferentes aspectos. Contudo, tendo como pano de fundo um contexto histórico (coletivo e individual) em que ambos viveram, não poderíamos deixar de discutir os factos pertinentes para o entendimento da clausura, enquadrada ora pela ideologia religiosa, ora pelo pensamento anticlerical que influenciava a ideologia liberal dominante, visto que tais acontecimentos tiveram relevância para a escrita em contexto e foram determinantes para a receção de ambos os textos.

Outros pontos de aproximação encontrados, sendo à priori evidentes, foram os motivos secundários que impulsionaram nossa escolha e, serão, portanto, também

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

abordados neste estudo. Sob a abrangência do problema da clausura se questionarão, como veremos, muitas outras formas de autoridade, ainda que legitimadas pelo costume: a tirania paterna em relação ao casamento dos filhos, o amor sacrílego, a divisão das personagens entre as leis dos desejos pessoais e as leis sociais, a morte e a loucura por amor. Muitos destes temas vêm já da literatura setecentista ou de leituras feitas no século XVIII de literatura anterior sobre o tema.

Para tal compreensão da tópica romântica, primeiramente delinearemos a natureza literária das personagens do seminarista e do presbítero. Em seguida traçaremos, muito brevemente, um panorama da sua representação na literatura, sobretudo a partir do século XVIII, e evidenciaremos a influência do anticlericalismo nessa representação, como decorrência dos embates políticos entre a Igreja e as ideologias políticas, filosóficas e científicas ainda no século XVIII. Após essa introdução acerca da representação do seminarista e do presbítero, faremos a exposição das bases norteadoras da nossa análise que se consistirá na tentativa de esclarecimento dos papéis da clausura no *corpus* em estudo.

As personagens masculinas de ambos os romances (Eurico e Eugênio) seguem o que lhes foi destinado: são vidas dedicadas à disciplina monástica. Ambos praticam uma disciplina férrea: jejuns, oração, vigílias, castidade, com desconforto material e total abdicação da propriedade. Além disso, como será mencionado mais adiante, ambos têm também uma certa liberdade: saem das suas propriedades, das suas cidades e interagem com a sociedade de certo modo. Eurico, por exemplo, após ser proibido de casar-se com Hermengarda, aceita dedicar-se à vida eclesiástica, mas, mesmo assim, é descrito como “aventureiro” independentemente de estar ligado à igreja. Num determinado momento, transforma-se em Cavaleiro Negro e luta no primeiro combate entre godos e árabes, morre no final numa batalha suicida. Eugênio, no que lhe concerne, vai até à sua cidade natal de modo a visitar a sua família, celebra missas, expressa abertamente os seus próprios conflitos, chega a ter alguns momentos de intimidade com Margarida no final da trama. E escreve poesia. A clausura, portanto, foi percebida em Eurico e Eugênio, personagens centrais, como regulamento rígido voltado para a vida

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

contemplativa estabelecida pela igreja católica. No entanto, fazem-no com muitas exceções, visto que ambos não parecem se preocupar em desobedecer às regras do clero.

As personagens femininas estão enquadradas por um sistema igualmente disciplinador, mas, pelo contrário, são forçadas a adotar uma clausura bem diferente. Ambas praticam uma espécie de ascetismo ou eremitismo.

Hermengarda, personagem central de *Eurico, o presbítero*, é entregue aos cuidados das monjas do Mosteiro da Virgem Dolorosa. Acaba, portanto, por, literalmente, enclausurar-se. No romance de Bernardo Guimarães, a personagem Margarida é expulsa das terras do senhor Francisco Antunes, pai de Eugênio e fazendeiro de medianas posses que permitia diversos agregados morarem na sua propriedade, sem lhes exigir contribuição alguma, nem em serviço, nem em dinheiro. Margarida não vai para um convento como sucede à Hermengarda, protagonista da obra de Herculano. No entanto, ela também possui uma vida de clausura no espaço doméstico por renunciar radicalmente às possibilidades da vida amorosa e plena: faz isso por conta do seu amor por Eugênio, mas cortando e encurtando os seus dias. Essa categoria de clausura será aqui representada como clausura não monástica. Mesmo sem rumo, sem trabalho e sem Eugênio, Margarida não permite que definam o seu destino e escolhe anular-se do mundo. Não seria isso um tipo de morte? O corpo de Margarida é alvo de julgamentos diversos, o mais agressivo deles é o de pendor religioso, pois a questão religiosa, tão presente no romance, considera o corpo de Margarida uma fonte de pecado e, mais do que isso, o seu corpo serve para objetivar a sua culpa, evidenciando os desencadeamentos trágicos presentes na narrativa. O seu corpo é visto como fonte do pecado, não só porque destrói a carreira clerical de Eugênio, mas também por que causa a sua própria morte. Antes de tudo uma morte moral e, em seguida, uma morte física, a punição pela sua conduta sedutora. Dessa maneira, a personagem também está presa numa espécie de clausura da qual não consegue libertar-se até à sua morte. Ambas as protagonistas femininas destes dois romances em apreço podem ser vistas, segundo a tipologia que usa a professora Maria de Fátima

Marinho em seu estudo *O Romance histórico em Portugal*, como “heroínas românticas *sui generis*” que “se pautam por valores que se aproximam da fronteira entre o humano e o divino” (Marinho, 1992: 170). No entanto, essa originalidade depressa se torna também um lugar-comum do Romantismo, extremado entre dois modelos femininos: a mulher-anjo e a mulher diabo. O estereótipo da mulher-anjo dicotomicamente divulgado pela ficção, sobretudo a romântica: a ser utilizada neste trabalho, é a de mulher frágil, ingênua e apropriada para o casamento, por conseguinte, para a procriação e zelo da casa, dos filhos e do marido. O inverso é a “mulher-diabo”, estereótipo este que afasta a mulher do mundo da decência, a parte do mundo das moças casadoiras.

Ambas estão enclausuradas sob o poder de duas ordens, a patriarcal e a religiosa, que é um desdobramento da primeira. Mas até que ponto a expressão dessa mulher-anjo e dessa mulher-diabo não discute já, perfunctoriamente embora, a invisibilidade do sujeito feminino na ação romanesca?

Para responder aos questionamentos propostos essa dissertação se desenvolverá em três capítulos fundamentados na leitura entrelaçada das duas obras escolhidas.

No capítulo I, intitulado: *Romantismo: movimento artístico forjado na revolução*, abordaremos as características do contexto artístico em diálogo com a situação histórica nos dois países e a importância deste diálogo, no romance histórico ou fora dele, tomando como exemplo os dois romances em análise. Abordaremos também, de forma necessariamente breve, o contexto literário em que surgem, o que foi o Romantismo em Portugal e na Europa, visto que sem essas relações da literatura portuguesa com a europeia o Romantismo no Brasil não teria sequer acontecido. Falaremos acerca do que foi o Romantismo brasileiro e os seus desdobramentos, e terminaremos, sempre tomando como base exemplos retirados dos romances.

Também aí o século XVIII parece dialogar com estas obras: a revolução liberal do século XIX é filha da Revolução Francesa do século XVIII, marcada desde logo pela emergência do anticlericalismo. Vale lembrar que, diante de tantos acontecimentos e

da difusão de princípios advindos da Revolução Francesa (1789) em Portugal, país de cultura católica muito particular e sobretudo, de uma religiosidade popular enraizada, levada e transmitida ao Brasil colonial até os dias de hoje, tanto Herculano quanto Guimarães estiveram um pouco à frente do seu momento histórico. Percebemos isso por meio de seus escritos, especialmente nos de Herculano que era também historiador: no passado, na história do seu país, ele reviu as ambiguidades entre a verdade histórica e os relatos míticos, ainda detetáveis no seu tempo.

No capítulo II, intitulado *Raízes de um tema*, tentaremos ler as duas obras com base no significado do conceito de clausura e a sua evolução ao longo dos séculos, como continuidade de alguns modelos literários que discutem a clausura e a morte. Inevitável será fazê-lo ainda à luz de algumas leituras setecentistas, relacionando-as por hora, entre outras, à reavivada atenção dada às cartas trocadas entre Abelardo e Heloísa, ao romance *La Religieuse* de Diderot e às cartas ditas “portuguesas” de Soror Mariana Alcoforado.

Destas três obras só *La Religieuse* de Diderot foi escrita no século XVIII (1760-1796). A correspondência entre Heloísa e Abelardo, certamente apócrifa (apesar da existência histórica de Heloísa e Abelardo no século XII), só circula na Europa a partir de finais do século XIII, primeiro em manuscrito e só depois em impresso. Seria colocada no Index, em França, pouco depois da sua tradução em 1615, mas a segunda metade do século XVIII e dealbar do século XIX darão ao texto um reanimado interesse, que culminará na construção em 1817 de um falso túmulo medieval, hoje ainda venerado no Père Lachaise (cf. Borralho, 2002). Por seu lado, as *Lettres Portugaises* são uma compilação de 5 cartas do século XVII, publicadas em francês no ano de 1669 por Claude Barbin e, na falta do texto português da protagonista, dita “Marianne”, atribuídas a Gabriel de Guilleragues, diplomata próximo dos círculos literários de Boileau e Racine e diretor de *La Gazette de France*. Mas serão sobretudo os leitores do século XVIII os responsáveis pela sua leitura romântica, a de mulher vítima do amor não correspondido. Em 1810, o crítico francês Boissonade afirma ter em sua posse um exemplar com a nota manuscrita de se tratar de Mariana Alcoforado, freira de um convento em Beja, de que

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

efetivamente se vem a encontrar vestígio histórico em Beja para a época dos factos narrados (1663-1668), e a questão da autoria arrastar-se-á até ao século XX/XXI, por falta de mais provas sobre a sua autoria: também aqui estamos perante uma obra importante na literatura europeia, que via ganhando visibilidade entre o século XVIII e o século XIX.

A escolha dessas obras é pertinente para debatermos o nosso tema, pois tais personagens também viveram em clausura e as protagonistas consubstanciavam modelos românticos que transitaram do século XVIII (sobretudo) para o século XIX. Trazer à baila os contextos e as razões dessa vida enclausurada parece-nos necessário para que possamos comprovar uma conexão. Quanto mais pudermos falar de textos setecentistas que nos ajudem a esclarecer a clausura oitocentista, os motivos e as consequências causadas nos seres que sob ela vivem/viveram, melhor será a compreensão da raiz ideológica que têm tais questionamentos.

Heloísa, protagonista do mito literário de Heloísa e Abelardo, não se resigna diante da sociedade moralista e conservadora do século XII (Rocha, 1996). Por ser incompreendida, ela vive o conflito com a lei, da mesma maneira que vive a protagonista da obra de Diderot, Suzanne Simonin, ou que vive Soror Mariana Alcoforado, ou Margarida, na obra de Bernardo Guimarães, e até mesmo Hermengarda, na de Herculano. O que há em comum com essas personagens? A morte espiritual. A vida em clausura, a impossibilidade de escolha e de viverem as suas vidas com liberdade. Há ainda as imposições feitas pela igreja e pela sociedade. O problema ético observado está centrado na renúncia de seus de seus desejos que acontece por imposição. Ainda no mesmo capítulo, abordaremos a relação entre os autores e o Clero, a estrutura da escrita de cada um deles e tentaremos elucidar os pontos de divergência e convergência das obras.

No terceiro e último capítulo dessa dissertação, *Clausura, loucura e morte*, traremos à luz da discussão as críticas de Denis Diderot sobre as religiões e como elas extinguem as paixões. Com efeito, os autores Guimarães e Herculano, nas respectivas obras demonstram uma opinião bastante semelhante à de Diderot. Para entender o

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

pensamento semelhante dos nossos dois autores, tentaremos entrosá-los no pensamento deste filósofo do Século das Luzes que fez tão duras críticas à religião, ao enclausuramento masculino e especialmente ao feminino. Para Diderot, o problema da religião não se limitava aos aspetos metafísicos mencionados em *Princípios Filosóficos Sobre a Matéria e o Movimento*, de 1770, onde ele afirma acerca da unicidade da matéria: “A suposição de um ser qualquer situado fora do universo material é impossível. Não se deve jamais fazer semelhantes suposições, porque delas não se pode jamais inferir algo”. (Diderot, 2000: 251). Os problemas estendiam-se às ligações da fé com a moral e a política e aos efeitos da história da humanidade. (Diderot, 2000: 236).

Estas e outras reflexões, base para referir uma rede de leituras da época, mais ou menos evidenciadas pelos textos, parecem-nos essenciais para o entendimento das obras, para percebermos como em ambas o tema da clausura se torna central, e um ponto de apoio para entender os motivos que levaram à morte as personagens: uma morte espiritual, primeiramente, e física, a posteriori, mas, para além da morte espiritual e física, todas as incongruências do poder que justificam o aniquilamento do indivíduo.

Capítulo 1 - O Romantismo: um movimento artístico forjado na Revolução

À peuple nouveau, art nouveau.

Victor Hugo, prefácio de *Hernani*, 1830

O Romantismo foi um movimento artístico que faz parte da historiografia cultural do Ocidente. É bastante difícil inseri-lo em datas muito marcadas e para defini-lo de maneira precisa, “seria necessário ter perdido todo o espírito de rigor para querer definir o Romantismo” (Valéry *apud* Bosi, 1994: 91). Estudar esse período pressupõe a especulação das profundezas da consciência tanto individual, quanto coletiva, segundo Maria da Conceição Meireles Pereira no seu ensaio *Portugal no tempo do Romantismo* (1999: 11). Pressupõe, com efeito, organizar problemas sociais relacionados com as expressões artísticas e de outras vertentes igualmente importantes que não podemos negligenciar num texto.

A própria palavra “romântico” tem uma história complexa, quer une formas de leitura de vários tempos e contextos: vem do adjetivo de origem inglesa setecentista (*romantic*) e deriva do substantivo *romant*, de origem francesa (*roman* ou *rommant*), que designa os romances medievais de aventuras (Saraiva & Lopes, 2017: 653). Ainda segundo os autores, as palavras “romântico” e “romantismo” têm sido usadas com variadíssimos e por vezes incompatíveis significados e sempre conforme os critérios de classificação de ordem sociológica, psicológica, estética, ou até restritamente formal, temática, senão mesmo de ordem política ou moral.

Um movimento tão heterogêneo e duradouro como o Romantismo não pode possuir apenas um elemento unificador. Na tentativa de definição desse movimento baseámo-nos na definição e tipologias discutidas na obra *Revolta e melancolia: O romantismo na contracorrente da modernidade* dos sociólogos Michael Löwy e Robert Sayre. Ambos trazem uma análise da visão social de mundo romântica considerando

aspectos políticos, económicos e sociais de diferentes lugares ao longo do tempo, sem privilegiar um elemento ou outro para definir o movimento de um modo uniforme, como muitos outros autores fazem. Seguindo a ótica destes dois teóricos, compreende-se o movimento romântico de maneira geral como uma reação ao capitalismo e à sociedade burguesa que se afirmava entre os séculos XVIII e XIX (Sayre & Lowy, 2015: 85), mas essa reação exprimiu-se de muito diferentes formas.

De maneira geral declara-se que o movimento artístico se formou como resposta aos efeitos das duas grandes revoluções europeias, a Revolução Francesa (1789 - 1799) e a Primeira Revolução Industrial (1750). Mas acerca das duas grandes Revoluções, o crítico Raymond Williams realça uma leitura analógica, em que a segunda, a revolução económica, é lida à imagem da primeira, a revolução política:

“A expressão ‘Revolução Industrial’ justifica-se plenamente: de fato, inicialmente usada por escritores franceses do período 1820-1830 e gradualmente acolhida ao longo do século por escritores ingleses, brota ela explicitamente de uma analogia com a Revolução Francesa de 1789.” (Williams, 1969: 16).

As duas revoluções em consonância ocorreram exatamente no século XVIII, ou seja, têm a sua origem e os seus principais aspetos atrelados a uma definição e caracterização problemática. Com isso pode-se notar o caráter “multifacetado” do movimento que sofreu diversas alterações estéticas e aclimações teóricas determinadas pelo contexto histórico e social vivenciado por seus mais diversificados autores. Esse paralelismo analógico político e económico foi desde cedo aplicado à revolução estética operada no mesmo período. Como exemplo, citamos António José Saraiva e Óscar Lopes:

“[...] noções como a de romantismo põem a um estudo de história literária ou cultural, não tanto o problema de definir formalmente um conceito, como o problema de delimitar e caracterizar dada época, a partir do seu conhecimento multiforme e concreto.” (Saraiva & Lopes, 2017: 655).

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

Também Maria da Conceição Meireles Pereira, por sua vez, sublinha o mesmo caráter multifacetado do Romantismo:

“Aceitando que o Romantismo foi um período da história cultural do Ocidente deve, todavia sublinhar-se que houve diversos romantismos consoantes os países e os momentos da sua afirmação; a par das incertezas sobre a natureza deste fenómeno que se consubstanciam na pluralidade dos seus impulsos, na disparidade das suas manifestações, nas contradições dos seus efeitos, na ambiguidade das suas formas de expressão, avulta a dificuldade de o balizar cronologicamente.” (Pereira, 1999: 11)

Vale talvez a pena ressaltar, no entanto, que o Romantismo, e a nova ordem político-social que veio com ele, ocorreu entre duas idades políticas: o final da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea. Entender a historiografia literária/ estética sobreposta à historiografia política/ económica obriga o leitor a lê-las em conjunto, até como causa e efeito. Para Saraiva e Lopes (2017: 655) a literatura clássica francesa do século XVIII é já uma síntese entre os padrões de corte do século XVII e os padrões burgueses do século XIX (tal seria o caso típico de Voltaire). Nas literaturas setecentistas de Portugal ou de Espanha, sobretudo as de países de burguesia um tanto mais antiquada, os padrões do século XVII combinariam com formas populares (tal seria o caso de Lope de Vega).

Desde o século XVII começa a manifestar-se a existência de um público literário de tipo inteiramente diverso. Aumenta a procura por livros impressos, as tentativas e aperfeiçoamentos de maquinismo tipográfico para que a qualidade dos livros melhorasse e chegasse cada vez mais facilmente à população. Até mesmo o público popular e não alfabetizado beneficiava da imprensa, visto que certas obras impressas, como é o caso de *Dom Quixote* de Cervantes, eram lidas em círculos de ouvintes.

A Inglaterra, onde mais cedo se verifica uma revolução política e industrial, oferece, desde muito cedo, uma literatura com características anunciadoras do Romantismo que vão desde a receção do teatro de Shakespeare até às obras inspiradas

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

na leitura quotidiana da Bíblia. Já no século XVIII, os romancistas ingleses que vão de Swift, Defoe, Richardson, Fielding ou Stern, etc. contam-se entre as principais fontes e influências do movimento romântico do século XIX (Saraiva & Lopes, 2017: 656).

Em França, o Romantismo foi literário e político, mas mais tardiamente. Ao invés de lutarem primeiro por uma identidade nacional, os escritores teriam lutado igualmente pela afirmação da sua individualidade, mais dissimulada nos países sujeitos a um maior centralismo social, religioso, político e/ou económico:

“O extraordinário desenvolvimento da vida de corte nesse país deu lugar ao surto brilhante de uma cultura aristocrática e impôs um padrão de gosto que tem a sua principal expressão no teatro clássico, em que aliás entre certo racionalismo burguês [...] À margem das regras e modelos clássicos desenvolveram-se manifestações com elas incongruentes, como o romance sentimental de Mme. Lafayette e Prévost), o romance picaresco (Marivaux e Lesage), um teatro de novo género (Beaumarchais) o conto voltairiano, a literatura confitente de Rousseau. Mas essas formas não eliminam o domínio dos géneros clássicos e cruzam-se, por fim, com eles na sua fase final: o rococó. O movimento romântico francês oferece, por isso, ao cabo de uma evolução sinuosa o aspecto de uma transformação literária, de rutura deliberada com o passado, que não encontramos na literatura inglesa.” (Saraiva & Lopes, 2017: 656)

Ironicamente, a literatura alemã da época foi descrita como uma literatura relativamente “atrasada” em relação à Itália e à Península Ibérica que já possuíam no século XVIII uma verdadeira tradição clássica. Alguns fatores como a Guerra dos Trinta Anos e a divisão do território alemão que, na altura, era dominado por aristocracias retardatárias, teriam impedido a eclosão de uma revolução política que adiou a eclosão de uma literatura nacional com continuidade que só surgiu com a centralização política da segunda metade do século XVIII, após o movimento *Sturm und Drang*, contra a hegemonia da influência francesa, e sobretudo da declaração de uma *Aufklärung*, definida pelo filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) como uma saída para o estado de maioridade do homem (Kant, 1985: 100). A estrutura social alemã era caracterizada pela existência de pequenas cortes cujas bases e costumes eram ainda

feudais, que dificultavam a unificação nacional, pelo fraco nível de dinamismo político da burguesia (Saraiva & Lopes, 2017: 600). Quando Napoleão Bonaparte vence a Alemanha em 1806, o inimigo passa a ser não apenas Napoleão, mas sim todo o sistema que ele simboliza e dessa maneira, os burgueses atacam a Revolução Francesa e tudo o que ela defende: desde o racionalismo revolucionário até o espírito nacional. Mesmo após a queda de Napoleão em 1815, este curso não se teria alterado para os alemães (Saraiva & Lopes, 2017: 600).

A palavra *Aufklärung*, traduzida para o português como “esclarecimento”, nasceu no século XVIII e foi usada ainda no XIX como conceito de libertação, de índole romântica. Ela sintetiza o espírito das Luzes, “a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado” (Kant, 1985: 100). Por “menoridade” entende Kant a incapacidade do homem de “fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (Kant, 1985: 100), ou seja, um estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de um outro para nos conduzir no domínio em que convém fazer uso da razão. Assim, o homem é o próprio culpado de sua menoridade se a causa da menoridade não está na falta de entendimento, “mas na falta de direção e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem” (Kant, 1985: 100).

As Luzes tiveram em França destacado desenvolvimento, pois entre os seus principais pensadores importantes, figuravam Voltaire, Charles de Montesquieu, Denis Diderot e Jean-Jacques Rousseau, este último muitas vezes considerado um dos principais precursores da corrente romântica:

“O que distingue Rousseau e o transforma em fonte inspiradora da escola romântica é o seu profundo pessimismo no tocante à sociedade e à civilização. Ele não acredita nem em uma nem em outra, estabelecendo o postulado de uma natureza humana primitiva, que vai sendo corrompida pela cultura. Mas não só ela, como também a propriedade, fonte da desigualdade entre os homens, contribuem para que o ser originalmente puro e inocente se perverta no contexto da civilização e da sociedade. e com ideias e factos revolucionários.” (Rosenfeld & Guinsburg, 2002: 261).

A Revolução Francesa foi importante para o surgimento dos ideais modernos dos direitos humanos que hoje se tem conhecimento (Jorge Grespan, 2003: 31). É inegável que ela não poderia ter acontecido sem o suporte ideológico das Luzes. A Revolução Francesa representará não só a realização dos ideais do chamado Iluminismo, como também a sua elaboração teórica, evidenciando os impasses e a necessidade de ultrapassar aquele marco filosófico. A Europa, que antes era politicamente absolutista e literariamente clássica, passou a ceder aos estímulos do liberalismo político e do romantismo literário, lidos como a sua antítese.

O pensamento ideológico, que até então visava uma universalidade do ser humano e dominado pelo racionalismo, passa a valorizar uma visão atenta às particularidades dos indivíduos e das nações, bem como às possibilidades de pensamentos mais intuitivos visto que esses tipos de pensamentos passaram a ser vistos como capazes de privilegiar experiências mais individuais e subjetivas (Pereira, 1999: 11).

Os teóricos Lowy e Sayre acreditavam que a razão de ser do romantismo era edificar um corpo poético e teórico que conseguisse contrastar com uma realidade excessivamente racional e prosaica. A paixão excessiva, o irracionalismo, a ambientação noturna, a morbidez seriam necessárias como forças de reestruturação de antigos referenciais perdidos e amplamente desejados. Na segunda metade do século XIX, estes elementos seriam acentuados por uma estagnação dos lugares-comuns românticos, que vinham dos finais do século XVIII: “É nesse mesmo contexto que se deve interpretar o fascínio romântico pela noite, como espaço de sortilégios, mistério e magia, que os escritores e poetas opõem à luz – esse emblema clássico do racionalismo” (Lowy & Sayre, 1995: 54).

Como vimos já, as características estéticas ligadas ao termo *romântico* começaram a ser concebidas de forma positiva, como sinónimo de subjetividade e libertação criativa e não mais a partir de uma ótica negativa como anteriormente (Lowy & Sayre, 1995: 71). Desde o século XVIII, o termo “romântico” possuía uma função de adjetivo qualitativo de toda a produção literária que fizesse referência às temáticas das

“novelas de cavalaria”, mais precisamente, que dialogasse com “(...) a exaltação dos sentimentos, extravagância, maravilhoso, cavalaria etc.” (Lowy & Sayre, 1995: 71).

Curiosamente a utilização de “romantique” no século XVIII já faz referência a um imaginário e a uma liberdade criativa presentes num hipotético passado medieval que será explorado, anos mais tarde, pela estética do romance histórico do século XIX. Isso ocorreu graças aos aparecimentos da produção intelectual de alguns nomes ligados ao que se designa depois por “pré-romantismo”. O movimento romântico, tanto na sua vertente mais revolucionária quanto no seu lado mais conservador, assume uma posição crítica diante dessa nova problemática europeia, denunciando os males sociais e culturais causados pela economia industrial capitalista que lhe é contemporânea. O conceito de modernidade foi captado pelos sociólogos Michael Lowy e Robert Sayre que analisaram o Romantismo como principal expressão cultural da revolução – contra o sistema, o excesso de materialismo, a dominação burocrática – e a melancolia que advém da força crítica e da lucidez diante das ideologias do progresso. Numa sociedade baseada na padronização e nas relações mercantilizadas, o Romantismo representaria a revolta da subjetividade e da afetividade reprimidas, canalizadas e deformadas.

Um dos marcos fundadores do Romantismo europeu é a obra do autor alemão Johann Wolfgang Goethe que, em 1774, dá início ao romance moderno na Alemanha, e nos parece ainda importante para entender os romances de Alexandre Herculano e Bernardo Guimarães. Trata-se do romance epistolar intitulado *Die Leiden des jungen Werthers*. Nas cartas dirigidas ao seu amigo, Wilhelm, Werther, um jovem artista extremamente sensível e delicado, descreve a sua vida em Wahlheim, uma pequena aldeia para onde se mudou. Ali Werther conhece Charlotte, uma jovem de incrível beleza que, para grande infortúnio do rapaz, está noiva de Albert, um homem onze anos mais velho. O jovem artista vê-se incapaz de controlar as suas emoções e apaixona-se loucamente por “Lotte”, dando vazão a um dos mais famosos triângulos amorosos da história da literatura ocidental. A impossibilidade de ter para si a sua amada torna-se dolorosamente insuportável, e Werther percebe que existe apenas uma solução: a morte. Quando esse romance-marco é publicado na Alemanha e se difunde pela Europa,

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

motivando comportamentos suicidas em muitos leitores, instituem-se as bases definitivas do sentimentalismo romântico e do escapismo pelo suicídio. Vale ressaltar que uma nova escala de valores surge e com ela vem o predomínio do interesse pelo enriquecimento antes pertencente apenas ao Clero, durante o Absolutismo, visto que, o suicídio era uma prática proibida e pecaminosa, mas também agora a crítica desse materialismo burguês.

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX ocorrem as grandes mudanças de paradigma político-social. A crise das monarquias nacionais absolutistas é causa e consequência da ascensão da burguesia ao poder, do liberalismo em política, na moral, na economia e nas artes, visto que, toda essa efervescência político-social influenciou de muitas formas o pensamento e consequentemente a escrita literária. Mas também a literatura influenciava o pensamento político-social. O liberalismo começa a permitir que suas dimensões, até então, meramente políticas, extravasem e isso propicia uma alteração do pensamento, uma nova libertação de estilo. Segundo Bosi, “os românticos substituíram o critério formal de beleza do ideal clássico pelo critério histórico do valor representativo dos autores e obras” (Bosi, 2000: 12). Essas renovações e mudanças nos padrões comportamentais são suficientes para a renovação das ideias estéticas praticadas no Ocidente, ideias essas que contribuíram para a nova sensibilidade filosófica, uma mescla de inconformismo, retomada da apologia do herói medieval, de desejo de contestação da ordem estabelecida e um manifesto apetite por emoções bastante intensas.

"Um dos traços fundamentais do romantismo enquanto corrente sócio-política (aliás indissociável das suas manifestações culturais literárias), é a nostalgia das sociedades pré-capitalistas, uma crítica ético-cultural do capitalismo e centralismo absolutista." (Pereira, 1999: 12)

A professora Maria da Conceição Pereira afirma ainda que a evocação histórica da Idade Média, que engrandecia a epopeia nacional de gênese medieval, revelava a vontade de afirmação da individualidade do povo e da genialidade de seus melhores

espíritos que foram responsáveis pela refundação da nação portuguesa quando se projetaram em múltiplas vivências responsáveis por criações literárias e artísticas. Para além disso, o início da Revolução Francesa e sobretudo as Invasões Francesas no início do século XIX confrontaram a existência das monarquias absolutas, vigente ainda no caso de Portugal.

A instabilidade política na França possibilitou que Napoleão Bonaparte assumisse o poder mudando a Europa politicamente e influenciando a história da maioria dos países europeus. A rivalidade entre a França e a Inglaterra acirrou-se, já que os ingleses apresentavam forte oposição sobre as ideias napoleônicas. O mesmo sucedeu com uma acrescida consciência do nacionalismo português. Esse impasse refletiu-se em toda a Europa, e Portugal foi conseqüentemente afetado: não só por se opor à presença da França em Portugal, mas também porque essa presença ajudava a difundir no país os ideais revolucionários franceses.

1.1. O Romantismo em Portugal

A introdução de uma nova literatura em Portugal, segundo (Saraiva & Lopes, 2017: 665), pode ser definida pelas suas consequências radicais e pela rutura com o passado, sobretudo a partir da revolução política de 1832-1834, e a vitória, na guerra civil, do liberalismo político de D. Pedro sobre o programa mais conservador de D. Miguel¹. Os autores – embora datem habitualmente de 1825, o ano de publicação de *Camões*² de Garrett, como início do romantismo em Portugal – preferem marcar esse início em 1836 com a publicação de *A voz do Profeta* de Alexandre Herculano, pois neste

¹ Trata-se da guerra civil entre liberais e absolutistas causada entre D. Pedro, até então imperador do Brasil, e seu irmão D. Miguel, ambos filhos de D. João IV. Um tem uma visão liberal de governação e outro está apostado em manter os direitos absolutos da monarquia, razões para cada um reunir um conjunto de seguidores prontos a dirimir argumentos recorrendo ao uso de armas.

² “Trata-se, com efeito, de um poema narrativo em torno de um herói com algo de byroniano; as descrições conformam-se com o cenário romântico vago e nocturno; as entidades mitológicas são, de maneira geral, abolidas ou nacionalizadas. Mas o verso branco que está vazado tem sabor arcádio, e multiplicam-se as imitações e decalques d’*Os Lusíadas*, especialmente nos cantos VII e VII. No prefácio, o autor afirma o seu portuguesismo e declara não ser clássico, nem romântico, repudiando tanto as regras de Aristóteles e Horácio como a imitação de Byron, pretendendo apenas e ecleticamente seguir ‘o coração e os sentimentos da natureza’”. (Saraiva & Lopes, 2017: 684-685).

ano surge a reforma do teatro português por Garrett e um repositório dramático nacional, inspirado na teoria do drama romântico. Também tem início nessa época a publicação da primeira revista romântica portuguesa *Panorama* (1837-1868). Dessa maneira, os autores afirmam que os géneros característicos da nova literatura portuguesa são os romances e os dramas históricos cultivados por Herculano e Garrett que tiveram nitidamente inspiração em Walter Scott e Vitor Hugo. Apontam ainda o apogeu do Romantismo português para 1840 (Saraiva & Lopes, 2017: 666-668).

Os géneros clássicos caíram num rápido “esquecimento”, enquanto o romance se reformulava. Para Saraiva e Lopes essa mudança literária correspondia a uma mudança no público. É válido ressaltar que, depois da guerra civil, Garrett já era, segundo Amorim (1881: 19), um escritor bastante conhecido e para tal contribuiu o seu desterro no estrangeiro, nomeadamente em Inglaterra, onde o autor teria ido buscar a essência de suas feições românticas (Saraiva & Lopes, 2017: 705).

Herculano, diferentemente de Garrett, não chegou a sair do país, mas isso não o fazia menos atento ao que se passava no Romantismo europeu. É, segundo os críticos (Marinho, Amaral, & Tavares, 2013:19) das personalidades do primeiro romantismo português o que mais obteve audiência junto do público e representa ainda hoje o movimento romântico de maneira firme, se considerarmos a importância que nele teve o romance histórico.

György Lukács em seu ensaio *Romance histórico* de 1937, principal referência aos estudiosos do tema – situa o nascimento do romance histórico no início do século XIX. Para o teórico, as obras de Walter Scott seriam as primeiras a destacar de facto elemento histórico, compreendido por Lukács como: “o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo” (2011: 33), ou ainda como melhor definiu Marilene Weinhardt a partir da leitura de Lukács, “a especificidade histórica do tempo da ação, condicionando o modo de ser e de agir das personagens” (Weinhardt, 1994: 50).

Esse género híbrido mescla a liberdade do romancista e a limitações do historiador (Marinho, 1992: 99). Trata-se de um tipo de texto em que particularidades

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

do tempo histórico direcionam a ação das personagens, interpenetrando ações coletivas e individuais. Embora, as grandes figuras históricas empíricas pudessem ser representadas no enredo, a elas não caberiam a ação principal, mas sim às camadas intermediárias e baixas da sociedade, ou seja, aos “heróis medianos”.

A consciência da História, buscada pelo crítico marxista, determinava também que a ação narrada deveria ocorrer num tempo pretérito à vida do autor, num passado distante ao qual o presente se ligaria numa cadeia diacrónica e evolutiva (Lukács, 2011, p. 33). Marilene Weinhardt chama a atenção para o facto de o romance não ser histórico porque situa a ação no passado, mas sim por aquele passado ser determinante para a ação coletiva, logo a autora entende que a base desse subgénero é a sua relação com a história de um modo muito específico, de tal forma que reserva tal denominação para o texto ficcional. Afirma ainda:

“[...] a historicidade é determinante para o enredo, ou seja, a obra em que a inscrição dos fatos narrados em um determinado tempo passado é decisiva para que eles tenham ocorrido como tal e, de modo explícito ou não, o texto dialoga com o discurso histórico, ou melhor, com discursos históricos.” (Weinhardt, 1994: 137)

Para Lukács, a História é vista como uma progressiva reconciliação dos indivíduos com a sociedade cada vez mais emancipada. Num romance histórico, o autor examina a questão com a nítida delimitação cronológica. Para Lukács, a Revolução Francesa e as guerras napoleónicas serviram para efetivar a vivência das massas, e em torno da Revolução foi possível articular uma nova conceção de história e sua relação com o presente. O romance não será, portanto, uma cópia do passado, mas sim a tensão de alguma coisa do passado que gera esse movimento no presente e no futuro. Nessa nova compreensão do tempo, Lukács entrelaça a possibilidade do realismo às modificações do tempo, sublinhando precisamente a dimensão de aceleração do tempo que caracteriza a modernidade. Também ressalta que o tempo é a vivência imediata da história e defende que “o romance não é cópia da efetividade empírica” (Lukács, 2011)

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

pois o romance histórico traz o passado para perto de nós e torna a realidade “vivenciável”, ou seja, como espectadores nós vivenciamos alguma coisa que estava no passado.

Estas considerações pretendem aproximar o conceito de “romance histórico” do conceito de “romance de tese”. Das obras selecionadas para análise ao longo deste trabalho, somente *Eurico, o Presbítero* é considerado um romance histórico (Marinho, 1992:12), sendo *O Seminarista* um romance de tese (Bosi, 1994:301). Não devemos certamente confundir um “romance histórico” com um “romance de tese, mas cremos que eles se podem interseccionar: um “romance histórico” pode ser um “romance de tese”, e um “romance de tese” pode ser um “romance histórico”.

Massaud Moisés defende pelo menos duas possibilidades de compreensão do termo “romance de tese”: uma ampla e uma restrita. Num sentido mais geral, “toda obra de arte guarda uma tese implícita, ou seja, uma visão do mundo pessoal e subjetiva” (Moisés, 2004, pp. 405-406). Num sentido estrito, “o romance de tese consiste numa narrativa que veicula uma doutrina, geralmente explícita, tomada de empréstimo a uma forma de conhecimento não estético” (Moisés, 2004, pp. 405-406).

Alexandre Herculano, além de romancista, tem uma vasta atuação como historiador, jornalista e poeta. Um autor que muito precocemente teve contacto com influência de escritores do exterior tais como Schiller e Klopstock teve suas tendências literárias precocemente manifestadas (Saraiva & Lopes, 2017: 705). Escreveu muitas obras de variados géneros e, dentre elas, destacam-se algumas que fazem parte da historiografia: *História de Portugal* (1846-1853), em quatro volumes, um dos mais sérios trabalhos da historiografia de seu tempo, e estuda nos arquivos da época documentos históricos que vão desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III. Escreveu também *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859). Tal acabou por o familiarizar com a Idade Média transformando-o e transformando também a sua literatura, a começar pelo romance de ficção de fundo histórico *O Bobo*, publicado pela primeira vez na revista *Panorama*, em 1843, logo a seguir surgiu *Eurico, o presbítero*.

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

Sabe-se que o imaginário romântico e liberal europeu do autor o levou a participar na guerra civil e nas lutas ideológicas que se espalharam pelo país. Alexandre Herculano tomou parte em diversas atividades político-revolucionárias, foi perseguido e obrigado a emigrar em 1831, para a França. Nessa época, por meio de muitas leituras conheceu o romantismo dos escritores franceses. Quando regressou a Portugal, alistou-se no exército de D. Pedro IV. Em 1833, foi nomeado para assessorar o diretor da Biblioteca Pública do Porto, onde ficou até 1836 (Marinho, Amaral, & Tavares, 2013: 32).

Acerca das poesias de Herculano, Saraiva e Lopes afirmaram que o autor escrevia todas as suas poesias contendo problemas morais ou sentimentais (2017: 708). Mas, como já dito anteriormente, muitos são os textos de Herculano que refletem sobre a importância do clero na vida política portuguesa.

Em Portugal sempre existiu uma intensa e longa tradição anticlerical, até mesmo devido à forte presença da Igreja Católica desde as origens do país, e que não se expressou apenas na composição ficcional-literária. Até mesmo autores de diferentes linhas de pensamento concordam que o anticlericalismo permeia a cultura portuguesa desde muito tempo. Cristian Santos, por exemplo, ao discorrer sobre tal manifestação no século XIX, discorre também de que maneira o discurso anticlerical era manifestado:

“O anticlericalismo oitocentista, longe de se reduzir a uma mera ideologia negativa, opositora aos valores cristãos e, particularmente, católicos, foi uma matriz de movimentos, de ideias políticas que se manifestaram fortemente na organização de grupos, nas manifestações culturais, na literatura e na imprensa. De fato, o fenômeno anticlerical desse período deve ser entendido como um vasto campo de ideias, em certos casos conflitivas, manifestas em escritos de natureza científica, ficcional e jornalística, numa dinâmica viva frente às mentalidades e sensibilidades do período histórico em questão.” (Santos, 2014: 27)

Zacarias de Oliveira chama-nos a atenção para a tradição anticlerical em Portugal ao surgimento da língua portuguesa:

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

“Logo nos primeiros escritos em língua portuguesa, o clero, que formou essa língua e, depois, a aperfeiçoou, tornou-se assunto de episódios ou ditos com o fim quase exclusivo de fazer rir. Mas é com Gil Vicente [...] que as várias figuras do clero entram, como assunto, para as obras literárias.” (Oliveira, 1960: 52)

Na literatura de Herculano não encontramos nada diferente. É interessante como o autor alega não compreender plenamente a opção do sacerdócio:

“Mas, se isto assim é, ao sacerdote não foi dado compreendê-lo; não lhe foi dado julgá-lo pelos mil factos que no-lo têm dito a nós os que não jurámos junto do altar repelir metade da nossa alma, quando a Providência no-la fizesse encontrar na vida. Ao sacerdote cumpre aceitar esta por verdadeiro desterro: para ele o mundo deve passar desconsolado e triste, como se nos apresenta ao despovoarmo-lo daquelas por quem e para quem vivemos. A obra da lógica potente da imaginação que cria o romance seria bem grosseira e fria comparada com a terrível realidade histórica de uma alma devorada pela solidão do sacerdócio. Essa crónica de amarguras procurei-a já pelos mosteiros quando eles desabavam no meio das nossas transformações políticas [...] O *monasticon* é uma intuição quase profética do passado, às vezes intuição mais dificultosa que a do futuro. Sabeis qual seja o valor da palavra *monge* na sua origem remota, na sua forma primitiva? É o de – *só e triste*. Por isso na minha concepção complexa, cujos limites não sei de antemão assinalar, dei cabida à crónica-poema, lenda ou o que quer que seja do presbítero godo: dei-lha, também, porque o pensamento dela foi despertado pela narrativa decerto manuscrito gótico, afumado e gasto do roçar dos séculos, que outrora pertenceu a um antigo mosteiro do Minho. *Ajuda, novembro de 1843*” (Herculano, 1859: 2).

O autor discute em muitas de suas obras ficcionais e não ficcionais a situação clerical de Portugal nas mais distintas épocas e contextos, visando também o seu momento contemporâneo. Parece, ainda em *Monasticon*, ter uma concepção própria do que acredita serem os *deveres do sacerdócio*, ou seja, de como devem os sacerdotes exercer o seu ministério dentro da Igreja e, talvez, na realidade portuguesa.

1.2. O Romantismo no Brasil

Não bastou que o poeta brasileiro Gonçalves de Magalhães publicasse em 1836 o poema *Suspiros Poéticos e Saudades* para que o Romantismo surgisse abruptamente, *ex nihilo*, na literatura brasileira. O Brasil, egresso do colonialismo, estava à procura de uma identidade, uma literatura própria (Bosi, 1994: 54).

Acerca do Romantismo, como já dito anteriormente, sabe-se que foi um movimento bastante heterogêneo, portanto, difícil de definir. Ele chegou ao Brasil para reajustar alguns conceitos e temas já bastante discutidos no Arcadismo. Data-se, em geral, por volta de 1836 e 1881, final do século XVIII. Na Europa aconteceu bem mais cedo, no Brasil surgiu juntamente com a independência em 1836, gerando um intuito patriótico vistos nos romances e poesias. Podemos dizer até que a independência importa de forma decisiva para o desenvolvimento da ideia romântica. O Romantismo se opõe ao Arcadismo por produzir uma arte direcionada a uma nova classe dominante: a burguesia, e a arte torna-se também um veículo de difusão de ideias e valores burgueses.

É recorrente nos românticos a valorização do indivíduo, da parte e do particular (a subjetividade é colocada em pauta), diferentemente dos clássicos e neoclássicos que valorizavam o todo, o universal ou universalizável. O homem do Romantismo vê o mundo pela emoção e foge da realidade para o passado, a natureza idealizada e para a morte.

O que nos interessa aqui será como a religião foi reputada como elemento indispensável para a reforma literária. Segundo Antonio Candido, na sua obra *Formação da Literatura Brasileira*, deve fazer-se uma contextualização histórica cultural e social da literatura brasileira para justificar a distinta emergência romântica. Candido utiliza a palavra “transplante” para esclarecer que no Brasil houve uma transplantação de língua, cultura e literatura para um país em fase de descoberta e colonização que já possuía modelos culturais diferentes dos modelos europeus. A etnia dos autóctones era incompatível com a que o colonizador implantava. Os nativos, com seus hábitos

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

rudimentares, afastavam-se muito da cultura do conquistador e, dessa maneira, o processo de imposição cultural foi bastante brutal (Candido, 1999:11-12).

A sociedade colonial brasileira viveu desde cedo essa tensão entre o primitivo e o desenvolvido, o rude e o requintado. Desse modo é que ela se formou, em meio a essas transposições de costumes tão diferenciados. Segundo Candido, a literatura não nasceu no Brasil, chegou pronta para que se lapidasse aos poucos, para que se moldasse à medida que uma nova sociedade se formava. Candido argumenta que a história da literatura, é em sua grande parte, a história de imposições (culturais, políticas e sociais) estabelecidas pela metrópole através das classes dominantes.

A literatura, portanto, adquiriu outras estratégias e outras finalidades, que não as autóctones. Para além de criar formas expressivas, passou a manifestar valores cristãos:

“Com efeito, além da sua função própria de criar formas expressivas, a literatura serviu para celebrar e inculcar os valores cristãos e a concepção metropolitana de vida social, consolidando não apenas a presença de Deus e do Rei, mas o monopólio da língua. Com isso, desqualificou e proscreeu possíveis fermentos locais de divergência, como os idiomas, crenças e costumes dos povos indígenas, e depois os dos escravos africanos. Em suma, desqualificou a possibilidade de expressão e visão-de mundo dos povos subjugados.” (Candido, 1999: 13)

O crítico considera a literatura brasileira uma “literatura derivada” e afirma que a mesma alcançou o timbre próprio à medida que a colónia se transformava em nação. O Romantismo e seus desdobramentos ocorreram no que Candido classifica como “a era da configuração do sistema literário” (Candido, 1999: 29).

A partir da segunda metade do século XVIII já havia alguma articulação entre os homens cultos da época e o que podemos chamar “esboço de uma literatura”. Havia alguma consciência de grupo, houve até mesmo a criação de uma Academia dos Renascidos na Bahia no ano de 1759. Posteriormente houve também uma academia de ciências e outra de literatura, todas encerradas após a acusação de que os intelectuais

estavam a espalhar ideias subversivas, baseadas em autores setecentistas como Voltaire ou Jean-Jacques Rousseau. Tudo isso nada mais era do que uma tentativa de junção dos intelectuais interessados em conhecimento e na tentativa de acertar os passos rumo à Filosofia das Luzes.

Contudo, um dos factos mais importantes ocorridos para a consciente autonomia do Brasil foi a ida da família real portuguesa para o Brasil em 1808. Tal acontecimento foi fulcral para a formação da sociedade, colocou o Brasil e em consonância com o que acontecia no mundo. Os treze anos da corte portuguesa em terras brasileiras foram de grande relevância para o desenvolvimento cultural e social do Brasil oitocentista. A transformação do Rio de Janeiro na sede da monarquia acelerou o progresso em muitos aspetos, principalmente o progresso intelectual.

No Brasil desenvolveu-se a topografia e a tipografia. Incentivou-se a publicação de periódicos, a criação de escolas técnicas e superiores. O país abriu os portos aos ingleses e depois a outros povos europeus, incrementou-se o comércio com outros países, a chegada de viajantes diversos: cientistas, pesquisadores, aventureiros de diferentes partes do mundo, estadistas, escritores, etc. Quando, em 1821, o rei D. João VI voltou a Lisboa, o príncipe regente D. Pedro e os seus apoiantes proclamaram a independência da nação brasileira.

O papel desses intelectuais foi de profunda importância durante estes acontecimentos. Surgiram poesias patrióticas, ensaios políticos, sermões nacionalistas, o que transformou esta fase (entre o início do século XVIII e o surgimento do Romantismo em 1830) num momento de intensa participação ideológica das letras (Berlin, 2015:25). E pode-se dizer que com a independência surgiu a consciência de que um país independente deveria ter uma literatura igualmente independente. A partir daí a transição do Arcadismo para o Romantismo foi mais clara:

“Entre Arcadismo e Romantismo há uma ruptura estética evidente, mas há também continuidade histórica, pois ambos são momentos solidários na formação do *sistema literário* e no desejo de ver uma produção regular funcionando na pátria. Significativamente, os românticos consideravam seus precursores os poetas clássicos da

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

segunda metade do século XVIII e começo do século XIX que versavam temas indígenas e religiosos.” (Candido, 1999, p. 37)

O Arcadismo possuía maior ligação com os modelos europeus de fazer literatura. Para os autores dessa época era muito difícil desprender-se dos moldes clássicos inseridos pelo colonizador. O Romantismo, no entanto, esforçava-se por ser diferente e criar novas expressões que ressaltassem a singularidade do país e suas características.

O aparecimento da temática indígena como símbolo nacional já começa no Arcadismo: veja-se a título de exemplo a epopeia *Uruguai* de Basílio da Gama, entretanto a obra que mais claramente dá importância às culturas indígenas e descreve a natureza tropical, sul-americana, ainda que utilize os padrões clássicos, é a do romancista José de Alencar (1829-1877). Para Alfredo Bosi em *História Concisa da Literatura* “o Romantismo de Alencar é no fundo ressentido e regressivo como os de seus amados e imitados avatares: o Visconde François-René de Chateaubriand e o grande nome do romance histórico Walter Scott” (Bosi, 1994:113). Alencar conseguia cobrir com suas narrativas o passado, o presente, a cidade e o campo, o litoral e o sertão e fazer o que Bosi chamará de *suma romanesca* do Brasil.

Bernardo Guimarães, diferentemente de José de Alencar, não criou uma *suma romanesca* do Brasil. No entanto, acreditava que a existência da literatura brasileira se dava pela sua heterogeneidade. Talvez tenha sido por isso que cantou lendas do litoral santista em sua obra *A ilha maldita*, além de considerar as crenças místicas do povo em *Ermitão de Muquém* (1858, publicado em 1864 e reconhecido como o primeiro romance regionalista brasileiro). Guimarães também se preocupou com as lendas populares e as tradições em sua obra *Lendas e tradições da província de Minas* e ridicularizou o “romantismo forjado em gabinete”, em *Elixir do pajé*.

Talvez por Guimarães ter sido contemporâneo de Alencar, a historiografia literária – até início da segunda metade do século XX – tenha tratado a obra de Bernardo Guimarães de maneira secundária. As apreciações positivas de sua obra são quase unanimemente destinadas à prosa: *O Seminarista*, *O garimpeiro*, *A escrava Isaura*. A poesia de Bernardo Guimarães é pouco lida e pouco estudada, exceto nos meios

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

acadêmicos. Tal juízo de valor é até hoje válido, uma vez que *A escrava Isaura* alcançou um sucesso editorial enorme que impulsionou a produção de uma telenovela, com repercussão mundial (1976-1977). Outra obra sua muito aclamada foi precisamente *O Seminarista*, adaptado e transformado em longa-metragem em 1976, que recebeu o Prêmio de Melhor Filme pela APCA, 1977 - Associação Paulista de Críticos de Arte, SP.

O autor Bernardo Guimarães é um nome que foi e é ainda reconhecido. Sua obra não é pequena, além dos romances, ele assina poesia e crítica. O reconhecimento do autor enquanto autor canônico é reforçado por sinais importantes. Presente na maioria das histórias e das antologias literárias, Guimarães é patrono da cadeira número 5, da Academia Brasileira de Letras (ABL)³, uma escolha significativa de um certo reconhecimento por parte de Machado de Assis, que incitou à criação daquela casa. Em *Instinto de Nacionalidade*, Bernardo Guimarães é destacado como um romancista que “brilhante e ingenuamente nos pinta os costumes da região em que nasceu”, um daqueles que deram forma e conteúdo ao romance nacional, apoderando-se de elementos como a vida indiana, a magnificência e esplendor da natureza, os costumes dos tempos coloniais e os dos dias de hoje (Assis, 1994: 4).

Apesar desta opinião favorável tão importante, a obra de Bernardo se mostra de recepção contraditória por outros operadores do cânone, sendo aclamada por uns poucos, e desconsiderada por outros. Fica bastante evidente que sem dúvida há muito material a ser explorado em todos os gêneros a que o nosso autor se dedicou. Contudo, o que importará de facto aqui será a postura anticlerical de Guimarães. Ela será imprescindível para chegarmos ao cerne da nossa discussão sobre o que é a clausura.

³ A Academia Brasileira de Letras (ABL) é uma instituição cultural inaugurada em 20 de julho de 1897* e sediada no Rio de Janeiro, cujo objetivo é o cultivo da língua e da literatura nacional. Compõe-se a ABL de 40 membros efetivos e perpétuos, e 20 sócios correspondentes estrangeiros. (<https://www.academia.org.br/>)

1.3. Contexto histórico dos textos em estudo

Com base no que foi dito acerca do Romantismo, vale ressaltar que este movimento artístico representou para ambas as nações, Portugal e Brasil, um período de profusão de ideias políticas, sociais, culturais e artísticas. O berço deste estilo situa-se geralmente em Inglaterra e na Alemanha, mas foi a França que o expandiu e desenvolveu por toda a Europa nos séculos XVIII e XIX. O movimento expandiu-se pelo Brasil oitocentista, estendendo-se também para a literatura. Na ocasião, os movimentos culturais e intelectuais brasileiros buscavam a criação de uma literatura “independentista”, com identidade tipicamente nacional. Essa busca era corroborada pelo Romantismo europeu/ português.

Quando algumas características gerais deste período são evidenciadas em Portugal e no Brasil, percebe-se que algumas são parecidas em muitos pontos, desde logo nas mudanças que ocorrem ao longo do século. Na primeira metade, a tensão mais evidente (em Portugal e no Brasil) é aquela que existe entre Arcadismo e Romantismo (as mutações mitológicas, as opções de rutura com os modelos clássicos). Na segunda metade, a tensão mais realçada (em Portugal e no Brasil) é já um certo cansaço dos públicos face a um Romantismo que se vai ficando por imagens clichés e depois se denominará ultrarromantismo em ambos os países. Já no último quartel do século XIX, com a emergência do realismo literário, volta a considerar-se a importância de uma literatura de ação, em que o empenho político-ideológico se conjuga com a descrição das tensões sociais.

Nesta terceira geração notam-se tendências pré-realistas, tanto no Brasil, quanto em Portugal. O amor é descrito de forma mais sensual, diferentemente da segunda geração onde o sexo era pouco mencionado. Júlio Diniz foi um representante desta geração em Portugal, se não nos debruçarmos sobre a poesia de Antero ou As Prosas Bárbaras de Eça de Queiroz. Castro Alves, no Brasil, escolhe como principal temática para as suas obras a vida sofrida dos escravos africanos que eram traficados para o Brasil. Transforma-se no *poeta dos escravos*. Neste contexto, os romances regionalistas surgem como um subgénero de transição, em que muitas vezes o

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

particularismo romântico se encontra já ao serviço da denúncia das desigualdades sociais, ainda que por vezes se possa quase só falar da necessidade de mostrar para a cidade (onde estavam o público-alvo) a vida no campo (analfabeta ou limitada nas opções culturais), descrevendo os ambientes e mostrando para o leitor das cidades o interior do Brasil, fechado em si.

O olhar para o entorno na tentativa de entender a sociedade industrial e burguesa em constante transformação parece ter criado uma necessidade de encontrar o natural, o divino e o espiritual. O homem romântico deparou-se com a natureza sob diferentes formas, mas a exaltação da natureza aparece quase obrigatoriamente nos textos do Romantismo. Retiramos alguns exemplos de nossos textos. No sexto capítulo intitulado “Saudade” da obra *Eurico, o presbítero*, lemos uma paisagem idílica, que torna melancólico o sujeito:

“De roda de mim a atmosfera estava impregnada de um hálito perfumado: era a natureza que sorria afagada pela Primavera. As aves aquáticas redemoinhavam nos ares ou pousavam sobre as águas, e pareciam, nos seus voos incertos, ora vagarosos, ora rápidos, folgarem com os primeiros dias da estação dos amores. Uma melancolia suave se me erguia lentamente no coração, debaixo daquele céu puro, naquela atmosfera balsâmica, ante aqueles horizontes saudosos. As lágrimas rebentaram-me involuntariamente dos olhos.” (Herculano, 1859: 23)

Em *O seminarista*, a exaltação à natureza também ocorre, e uma vez mais a paisagem idílica sugere um mundo belo, distinto do homem, que o estraga ou o ignora:

“O dia levantou-se cheio de serenidade e esplendor. O sol que surgia por detrás das colinas do levante coroadas de arvoredos, brilhando através da ramagem, orlava o horizonte como de uma rede de ouro. Do lado fronteiro, em uma encosta longínqua, os troncos vetustos, que o machado respeitou aqui e acolá no meio de um vasto roçado, verberados pelos primeiros raios do sol pareciam colunas de bronze, que ficaram em pé no meio dos escombros de um templo derruído. Vapores diáfanos coloridos pelos fogos

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

da aurora, erguendo-se da valada e despregando-se das colinas, dispersavam-se nos ares como pétalas de rosa que uma virgem desfolhasse às brisas da manhã. Os arbustos da vargem recamados de flores balanceavam-se brandamente ao sopro das aragens, e sacudindo da copa orvalhada uma chuva de pérolas abandonavam às auroras matinais as primícias de seus perfumes” (Guimarães, 1999: 43).

Em lugar do paraíso prometido, há um paraíso perdido. Em lugar do ser racional e da razão como principal atributo humano, os românticos descrevem um ser movido pelo sentimento e pela melancolia (Saraiva & Lopes, 2017: 654). Mas há na resposta de cada sexo um diferente condicionamento da ação. Um exemplo simbólico disso pode ser visto na obra de Herculano, quando o próprio Eurico, após descobrir o plano da penetração árabe no Reino Visigótico, deixa de lado a vida clerical e, sem quebrar seus votos, parte para lutar bravamente no exército godo. Eurico escolhe a luta, a ação. Por contraste, as monjas da Virgem Dolorosa preferem se mutilar a se entregar como concubinas para os haréns árabes. Ou seja: estamos perante seres humanos movidos por sentimentos e ideais, que aspiram muitas vezes a uma paz que é simultaneamente possível e negada. Mas quando limitados por paisagens ou claustros de diferentes tamanhos, se obrigam a diferentes percursos, uns para fora do claustro (Eurico), outros para dentro de si (Hermengarda).

Em *O Seminarista*, a personagem Eugênio é descrita como cordata, mas incapaz de agir em prol de seus ideais “Tímido, cordato e dócil por natureza, Eugênio não tinha coragem para praticar o mal, nem era capaz de proceder contra os ditames da sua consciência” (Guimarães, 1999: 45), mas enlouque no fim da trama ao perceber que não agiu em prol de seus ideais:

“Chegando à escada que sobe para o altar-mor o padre parou, e quando já todos de joelhos esperavam que rezasse o "intróito", viram-no com assombro arrancar do corpo um por um todos os paramentos sacerdotais, arrojá-los com fúria aos pés do altar, e com os olhos desvairados, os cabelos hirtos, os passos cambaleantes, atravessar a multidão pasmada, e sair correndo pela porta principal. Estava louco... louco furioso” (Guimarães, 1999, p. 75).

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

As paisagens românticas frequentemente interagem com os personagens e seus estados de espírito e representam, também, uma válvula de escape da civilização. No exemplo a seguir, o seminário é para Eugênio algo incomodo que ele jamais escolhera para sua vida, portanto é descrito da seguinte maneira: “Como lúgubre e sombria se lhe afigurava a fachada do seminário em comparação do aspecto faceiro e festival da casinha da tia Umbelina” (Guimarães, 1872: 98).

Há também a idealização: o herói, o amor e a mulher aparecem frequentemente idealizados nas obras românticas. Suas qualidades são exageradas e os defeitos, suprimidos. Há um escapismo imanente: seja pela loucura, pela arte, pelo amor ou pela fuga à natureza, o escape da realidade é um tema recorrente dessa manifestação. E por ser tão reiterado esse escapismo se deve também pensar na onnipresença da clausura.

Capítulo 2 - Raízes de um tema

[...] o homem nasceu para a sociedade; separai-o, isolai-o, suas ideias desunir-se-ão, seu caráter transfigurar-se-á, mil afeições ridículas elevar-se-ão em seu peito; ideias extravagantes germinar-lhe-ão no espírito, como os espinheiros em terra selvagem. (Diderot, 2000: 145)

A historiadora e pesquisadora Maria Eugénia de Matos Fernandes, no seu estudo intitulado *Século em Clausura* no Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XIX, usa como introdução, um trecho bastante conhecido do famoso romance de Camilo Castelo Branco (1825 – 1890), *Amor de Perdição*, publicado pela primeira vez no ano de 1862, em Portugal. Tal trecho, que pode ser facilmente encontrado no capítulo XIV da obra, retrata a dificuldade que dois médicos enfrentam ao tentar entrar num convento e examinar uma doente. Ambos visivelmente não conseguem tal proeza por não possuírem a licença necessária para a entrada no recinto sagrado.

Após fazer essa introdução, Eugénia Fernandes faz uma provocação ao leitor com um questionamento bastante instigante acerca das abadessas que lá viviam: quem aprovaria o isolamento e a clausura com o mesmo rigor que a superiora daquele mosteiro?

Interessa-nos também a nós esta situação camiliana para sublinhar uma questão essencial para a nossa tese: a definição da “clausura” é sempre uma definição de grau, grau esse que opera pela perspetiva que se tem um “outro espaço”, sendo, no que lhe concerne, considerado mais ou menos “aberto”. E essa é a grande dificuldade da sua definição. Mas afinal, o que é esta clausura? Ela porque é ela um problema?

2.1. Definição de um conceito de grau

Na tentativa de dar um significado, consultamos um dicionário de língua, como o de Houaiss, onde podemos encontrar exemplos de como essa clausura, numa linguagem não-técnica, é lida não apenas de maneira literal, mas também como um tipo de clausura mais metafórica, visto que é uma clausura onde a pessoa se entrega à morte, sem a necessidade de trancar-se literalmente num mosteiro ou convento: a clausura pode e ser um “local fechado”, “a situação de quem não pode sair do claustro”, “internamento”, encerramento”. Sendo usada frequentemente num sentido que diremos não-monástico, ela é também sinónimo de “convento”, de “reclusão conventual”, e de uma “vida retirada, reclusão, recolhimento” (Houaiss 2002: II, 956).

É difícil separar o sentido literal do simbólico. Num sentido mais restrito, já no contexto religioso, Anselmo Tilloy define juridicamente a “clausura”, em seu *Tratado theorico e práctico de Direito Canonico*, simplesmente como um recinto de paredes que fecham o mosteiro de maneira que os seculares não podem lá entrar (Tilloy, 1899: 11). Mas mais ampla na definição, encontramos no *Dictionnaire de Spiritualité* uma definição mais argumentativa de clausura⁴, também no seu sentido religioso mais canônico:

“Um conjunto de leis que limitam ou restringem a entrada de estranhos no espaço dito sagrado. Esse obstáculo pode ser material ou de qualquer natureza, desde que ele limite a propriedade e impeça a entrada nela, salvo exceções quando há alguma situação específica. O objetivo do recinto não é apenas garantir a castidade perfeita. Guardiã do recolhimento, da vida de oração e de união com Deus, ela preserva a alma em paz, protegida das vãs agitações e do espírito do mundo oposto ao de Jesus Cristo.” (Rayez, Derville, & Solignac, 1984: col. 979)

⁴ A definição foi retirada do *Dictionnaire de Spiritualité ascétique et mystique*

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

Acerca da motivação essencial da clausura, Paula Barata Dias defende que uma dessas motivações é a antecipação da extinção da vida, visto que, o indivíduo enclausurado é retirado da luz e da vida, é como se ele regredisse para o estado embrionário (Dias 2015: 4).

Eugénia Fernandes também sublinha que, antes de as leis regulamentadoras da clausura existirem na vida religiosa, os primeiros religiosos tinham bastante liberdade, mesmo que vivessem mais afastados do resto do mundo (Fernandes, 1995: 140). Depois, é mencionado em seu texto o surgimento da clausura das mulheres, mas somente a meio percurso, como se a clausura fosse uma solução, posterior a qualquer coisa que não fazia parte dos princípios da causa. Sabe-se que sempre foram muitos os paradigmas do Cristianismo face às mulheres. Existe também na religião uma hierarquia de gênero e, dentro desses esquemas mentais temos o que Silvana Mota Ribeiro (em seu estudo intitulado *Ser Eva e dever ser Maria*) chamou de “paradigmas”, incarnados por duas mulheres centrais na tradução católica, Eva (figura demoníaca associada ao pecado) e Maria (figura sagrada, mãe de Jesus Cristo, o filho de Deus na religião Católica), curiosamente imagens com características antagônicas (Ribeiro, 2000: 5).

Valorizamos aqui estes dois paradigmas, desde logo porque eles parecem corresponder aos que estão presentes nos nossos dois romances em confronto. Utilizando como base as nossas personagens femininas, Hermengarda e Margarida, poderíamos compará-las às personagens bíblicas Maria e Eva, respectivamente. Referimos já que Maria de Fátima Marinho, em seu artigo *A falsa ingenuidade de Herculano*, faz uma importante observação acerca das mulheres anjo, os heróis impolutos ou os caracteres malditos, excluídos de espaços morais aceitáveis, que aparecem nos textos de Herculano, nos de Garrett ou ainda nos de Camilo Castelo Branco. Acerca de Hermengarda, ela faz a seguinte observação:

“Hermengarda constitui-se como heroína romântica *sui generis*. E porquê? Porque, apesar da inegável pertença a esse universo de paixões e procedimentos, se pautam por valores que se aproximam da fronteira entre o

humano e o divino: Hermengarda, ao correr o risco de ser vendida para um harém muçulmano, pretende desfigurar-se, num acto de heroísmo, digno de qualquer mártir medieval [...].” (Marinho 2014: 170)

Margarida, por sua vez, é vista como mulher próxima da serpente do Paraíso, como Eva, desde o momento em que uma cobra se enrola em seu corpo quando a menina tinha apenas dois anos:

“A pequena Margarida, apenas na idade de dois anos, estando a brincar no quintal, desgarrou-se por um momento da companhia da rapariga que a vigiava, e de seu camarada de infância. Quando este deu pela falta e foi procurá-la, encontrou-a assentada na relva junto de uma fonte a brincar... com que, Santo Deus!... a brincar com uma formidável e truculenta jararaca. A cobra enrolava-se em anéis em volta da criança, lambia-lhe os pés e as mãos com a rubra e farpada língua, e dava-lhe beijos nas faces. A menina a afagava sorrindo, e dava-lhe pequenas pancadas com um pauzinho que tinha na mão, sem que o hediondo animal se irritasse e lhe fizesse a mínima ofensa. Se o Gênesis não nos apresentasse esse terrível réptil como cheio de astúcia e malíseduzindo a primeira mãe da humanidade e fazendo-a perder para si e para toda a sua descendência as delícias do paraíso terreal, dir-se-ia que até a serpente tem seus impulsos generosos e também sabe respeitar a fraqueza e a inocência da infância. Mal o menino deu com os olhos naquele estranho e arrepiador espetáculo, rompeu logo em gritos. — Mamãe!... mamãe!... bradava ele com quanta força tinha — olha cobra! uma cobra está comendo Galida!...” (Guimarães, 1999: 21).

O ofídio é visto como alegoria do diabo, que tentará Margarida, assim como fez com Eva, conforme retratado no Gênesis (cap. 3, versículo 1-7). Acontece que após tal acontecimento, a menina passa a ser vista pelos pais de Eugênio como uma ameaça à realização de seus desejos. Por isso os pais tentam eliminá-la de todas as maneiras e lhe arranjam um casamento na tentativa de que a menina esqueça Eugênio e, porque não conseguem, expulsam-na de suas terras.

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

Sublinhamos aqui a ironia do narrador onisciente do romance de Guimarães. Ela reforça o valor do preconceito que molda a interpretação dos factos:

“Se o Gênesis não nos apresentasse esse terrível réptil como cheio de astúcia e malícia seduzindo a primeira mãe da humanidade e fazendo-a perder para si e para toda a sua descendência as delícias do paraíso terreal, dir-se-ia que até a serpente tem seus impulsos generosos e também sabe respeitar a fraqueza e a inocência da infância.”
(Ibidem)

Lizandro Carlos Calegari, em um artigo intitulado *A expressão do Colonialismo em O Seminarista de Bernardo Guimarães*, ilustra a questão da imposição do dominador (família de Eugênio) e do subalterno (Margarida, Eugênio e Umbelina) e chama-nos atenção para o argumento religioso da família, sempre indiferente à felicidade e as vontades do filho que é completamente submisso aos pais e aos padres do seminário. Carreira eclesiástica e casamento são incompatíveis na doutrina católica. Eugênio não demonstra interesse em entregar-se completamente à sua missão e ser celibatário porque essa nunca foi de facto a sua vontade. Como consequência das conjunturas sociais, ele acaba por enlouquecer e o seu enlouquecimento é visto como morte simbólica, dado que o indivíduo louco é alguém excluído do sistema social. Sua loucura pode ser equiparada a uma fuga, face a uma realidade intolerável. As mortes de Margarida e sua mãe também são vistas por Calegari como consequências dessas conjunturas sociais já mencionadas: “(...) toda vez que a ordem social, tal qual é concebida, for ameaçada, o sistema da conta de omitir aqueles elementos transgressores” (Calegari, 2005: 100).

Ainda tendo como base o texto de Maria Eugénia de Matos Fernandes, percebe-se que a situação da mulher solteira era potencialmente ambígua. Algumas mulheres acentuavam publicamente as suas vidas castas e propuseram-se a viver vidas de perfeição, mesmo sem se afastarem fisicamente da casa paterna. Outras, no entanto, optavam por renunciar à vida mundana e sentiam a necessidade de quebrar os laços com familiares e outras pessoas que foram outrora estabelecidos para juntarem-se a

outras mulheres de pensamentos parecidos. Desse modo, acabavam por estabelecerem-se em comunidades que eram orientadas espiritualmente por senhoras de idades mais avançadas, portanto mais sábias, autoexcluindo-se dessa vida mundana, associada ao casamento. Gradualmente, esses grupos que até então eram informais (e depois permaneceram sob a forma de beatérios), passavam a outro estatuto e desse modo, aos poucos se transformaram no que hoje conhecemos por mosteiros. (Fernandes 1995: 141).

O mosteiro fundado por Abelardo e depois entregue a Heloísa, o Paracleto, é um dos primeiros a ter regras próprias para as mulheres, ainda que ditadas por um homem. A Santa Clara se deve também a formação das Clarissas, em que é mais claro, pela oposição com a regra de São Francisco, a necessidade das comunidades religiosas femininas se fecharem ao mundo ou dele se excluírem como forma de proximidade com Deus. Para que a vida comunitária funcionasse, essas mulheres passaram a aplicar algumas regras desenvolvidas pelas figuras da Igreja a começar pelas regras de Santo Agostinho. Depois a regra de São Bento foi aplicada já no século VI e passou a ser regra principal a ser seguida por todas as comunidades desse tipo. Algumas mulheres seguiam a regra, mas não faziam votos, como ainda hoje pode suceder (Fernandes, 1995, p. 142). O conceito de clausura que conhecemos hoje surgiu na Idade Média quando as comunidades femininas se agrupavam em torno das três regras: Santo Agostinho, São Bento e São Francisco. Depois, pouco a pouco, a vida monástica das mulheres passou a assentar-se exclusivamente na clausura relegando-se para segundo planos os votos de clareza e humildade (Fernandes 1995: 142).

Já no final de seu artigo Eugênia Fernandes questiona o papel dos mosteiros femininos, em especial o mosteiro estudado por ela, o de Santa Clara do Porto, construído entre os séculos XV e XVIII. O Convento de Santa Clara do Porto era feminino, pertencia à Ordem dos Frades Menores, e à Província de Portugal da Observância. No século XVIII, o convento costumava alugar celas a muitas mulheres em diferentes situações, desde mulheres acompanhadas por criadas a órfãs, viúvas que não podiam contar com o apoio da família. Essas mulheres, acabavam por ocupar espaços em meio

à comunidade religiosa praticando uma vida semimonástica, mas sem a necessidade de privação de algumas facilidades e de certos prazeres, ou seja, estavam próximas da religião sem a necessidade de pagarem um alto preço, ou, como Fernandes perifrasticamente descreve, “Sem pagar o ônus de certos excessos de comprometimento mais profundo”.

Muitas vezes a realidade da vida completamente entregue ao enclausuramento religioso continham ingredientes ficcionais que visam a satisfação do leitor: nesse caso se deve ter em consideração que a clausura em convento nunca é vista como sinônimo de morte. Mas se nos recordarmos das palavras de Herculano sobre a incompreensão de um eremitismo masculino, mais nos surpreende a severidade do eremitismo feminino. Lido pelo século XIX, na sequência das leituras sobre protagonistas femininas e cidadãos livres, compreendemos o efeito pendular que estes romances tinham, obrigando os leitores a ler a (in)coerência do que parecia existir desde o princípio do mundo. E constatamos como tais romances são, sobretudo na época, uma forma de questionar a morte anunciada pela clausura, pois ela é a imagem solene da renúncia ao mundo, naturalmente livre e idílico. Independentemente dos motivos – estratégias sociais e familiares, por vocação, devoção ou obrigação – a vida no claustro assentava, por princípio, num ideário radical, expresso na exclusividade da consagração ao serviço de Deus e na identificação com Cristo no Seu sofrimento libertador, por meio da oração contínua, da oblação de si e da oferta do sacrifício de louvor segundo a Congregação para os Institutos de vida consagrada e sociedades de vida apostólica (Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica 1999: 12-20).

2.2 A óptica de algumas leituras setecentistas

Será para nós relevante o conceito de clausura e sua evolução ao longo dos séculos. Inevitável será fazê-lo ainda à luz de algumas leituras setecentistas, relacionando-as, por ora, entre outras à reavivada atenção dada às cartas trocadas entre Abelardo e Heloísa, ao romance *A Religiosa* de Diderot e às cartas ditas “portuguesas”

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

de Soror Mariana Alcoforado tendo em vista que essas obras também discutem de certa forma a clausura e a morte.

Vamos aos textos para entendermos melhor a questão e as conexões. Primeiramente direcionaremos nossa atenção às *Cartas Portuguesas* que foram publicadas pela primeira vez em França no ano de 1669, sob autoria de uma ignota freira portuguesa, Marianne, só depois dita Alcoforado, Sórora do Convento de Beja, na região do Alentejo. A compilação de cinco cartas de amor é vista ainda hoje como obra precursora da escrita íntima feminina em Portugal. Embora sua autoria tenha sido muito discutida nestes últimos três séculos, seus valores estéticos e literários são indiscutíveis. Segundo Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento, em seu artigo *Os Casos Mariana Alcoforado e Florbela Espanca*, a escrita de Mariana Alcoforado influenciou muitas outras autoras que perceberam a utilização da escrita íntima como espaço “não só para a confissão e evasão, mas para a ficcionalização do eu feminino, a partir de que inscreve os modelos sociais, as questões relativas ao corpo, sexo e à liberdade feminina” (Nascimento, 2016: 726).

As *Cartas Portuguesas* foram publicadas pela primeira vez em França e em francês em 1669, como autor anônimo, com a suposição de que fosse uma tradução a partir do português. A autoria foi sonhada, atribuindo-se a uma religiosa portuguesa, enclausurada num convento em Beja. Em 1810, o periódico francês *L'Empire* publicaria a descoberta por Boissonade de um exemplar anotado à mão que indica terem as cartas sido escritas por Mariana Alcoforado, tendo como destinatário o Sr. De Chamilly (Nascimento, 2016: 727). A documentação portuguesa à época é que de facto existiu em Beja, Portugal, no convento de Nossa Senhora da Conceição, uma freira de nome Mariana Alcoforado, nascida em 22 de abril de 1640, e com registro de morte em 1723. Acredita-se que Mariana Alcoforado, por volta de 1660, teria vivido intensa paixão por um oficial francês que servia em Portugal, o Sr. Cavalheiro de Chamilly.

Independentemente da real autoria, as cinco cartas de Mariana Alcoforado, que narram desde a paixão desta mulher pelo cavalheiro que partiu para seu longínquo país, até o declínio deste amor, demonstram que a impossibilidade de viver essa experiência

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

se dá-se por causa de sua condição: o homem parte, a mulher permanece enclausurada num convento e da sua condição se lamenta. Sua vontade é viver esse amor, porém é nítido que suas escolhas foram restringidas. Isso fica claro numa das cartas onde podemos ler a visão de Mariana acerca do lugar onde vive, o “malfadado convento”. Transcrevemos aqui a passagem, na tradução de Filinto Elísio.

“Se me fosse possível sair deste malfadado convento, não esperaria em Portugal pelo cumprimento da tua promessa: iria eu, sem guardar nenhuma conveniência, procurar-te, e seguir te, e amar-te em toda a parte. Não me atrevo a acreditar que isso possa acontecer; tal esperança por certo me daria algum consolo, mas não quero alimentá-la, pois só à minha dor me devo entregar.” (Alcoforado, 1997: 15)

Também nos deixa claro como a vida enclausurada lhe parece, em alguns momentos de angústia, assimilar-se à morte. Na quarta carta ela refere a espera inútil da religiosa por seu amado. Essa espera ganha o tom superlativo e o contorno do trágico “morrer de amor” e “morrer de tristeza”:

“Ordena-me que morra de amor por ti! Suplico-te que me ajudes a vencer a fraqueza própria de uma mulher, e que toda a minha indecisão acabe em puro desespero. Um fim trágico obrigar-te-ia, sem dúvida, a pensar mais em mim; talvez fosses sensível a uma morte extraordinária, e a minha memória seria amada. Não é isso preferível ao estado a que me reduziste? [...] Adeus: promete-me que terás saudades minhas se vier a morrer de tristeza; e oxalá o desvario desta paixão consiga afastar-te de tudo. Tal consolação me bastará, e se é forçoso abandonar-te para sempre, queria ao menos não te deixar a nenhuma outra. E serias tão cruel que te servisses do meu desespero para te tornares mais sedutor, e te gabares de ter despertado a maior paixão do mundo?” (Alcoforado, 1997:25-6).

Embora a ideia principal do artigo de Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento seja fazer reflexões sobre como a obra atribuível à Mariana influenciou a poetisa Florbela Espanca e muitas outras escritoras em Portugal, ela nos impulsiona a

pensar em como a religiosa Mariana Alcoforado utilizou o gênero da epístola: uma maneira de sociabilidade e de expressão feminina, autorizada, e mesmo recomendada, ou tolerada na época para conseguir expressar seus sentimentos de dentro do convento para fora. Segundo Michelle Perrot, na obra intitulada *Minha História das Mulheres*, as cartas passaram a ser uma “forma mais distanciada do amor, mais conveniente e menos perigosa do que o encontro, a carta de amor toma o lugar do próprio amor” (Perrot, 2007:29).

“Uma mulher conveniente não se queixa, não faz confidências, exceto, para as católicas, a seu confessor, não se entrega. O pudor é sua virtude, o silêncio sua honra, a ponto de se tornar uma segunda natureza. A impossibilidade de falar de si mesma acaba por abolir seu próprio ser, ou ao menos o que se pode saber dele.” (Perrot, 2007:10)

Como afirma Perrot, Mariana não aboliu seu próprio ser, pois fala de seus sentimentos e de si quando escreve ao seu amado. Também no drama de Abelardo e Heloísa que, e assim como Mariana Alcoforado, as cartas passaram a ter uma suposta interação epistolográfica após uma violenta separação. Mais uma vez aqui a epístola “toma o lugar do próprio amor” (Perrot, 2007: 29), visto que ambos passam o resto de suas vidas a trocar cartas. A carta denuncia, mas não compromete o comportamento, porque é uma mensagem diferida, em que o momento da escrita se afasta do momento da leitura.

O mito da clausura de Marianne dialoga com o mito da clausura de Heloísa, que também termina a sua vida em um convento, à espera da morte que a junte ao seu amado, Abelardo, que é enclausurado, condenado pela igreja, perseguido como herege e impossibilitado de viver o seu amor, morrendo muito antes dela. Pedro Abelardo, (1079-1142), mais conhecido como Abelardo, proeminente intelectual francês do século XII, filósofo e teólogo, tinha sido acusado de seduzir Heloísa de Argenteuil, (1101-1164), sobrinha de Fulbert, e aluna de Abelardo, que em casa de Fulbert vivia. Ainda que se tenham casado e tido um filho, Abelardo e Heloísa foram separados e, na tentativa de punir ambos, Fulbert pede aos irmãos de Heloísa a castração de Abelardo. Abelardo

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

escolherá, para si e para Heloísa, o recolhimento à vida monástica de ambos, ainda que Heloísa se sentisse revoltada com essa escolha de Abelardo. Quase dois séculos depois aparecerão umas cartas que se dizem da sua autoria. Numa das cartas, Abelardo enumera alguns infortúnios de sua vida amorosa. Heloísa lhe responde, mostrando a sua revolta em relação à escolha pela vida monástica responde do seguinte modo:

“Tive em meu poder os dias passados uma carta, endereçada a um amigo teu [...] Que torrentes de lágrimas não verti, vendo n’essa carta fatal estampada meüdamente a triste narração de nosso infortúnio. Não tenho palavras, com que te possa expressar a turvação, que se apoderou de meus sentidos: quiz-me parecer que davas em extremo, quando para consolar um amigo d’uma desgraça, tal vez bem leve, fazias alardo das nossas. O tempo havia em parte apagado a lembrança d’ellas, mas vendo-as escritas por tua mão, partio-seme o coração com dor, como se ellas presentes forão [...] Nem para outra cousa forão as cartas inventadas, senão para allivio das pessoas que se acham, como eu, encerradas [...] Deitas aos porcos os preciosos thesouros do evangelho, e deixas ao desamparo as innocentes ovelhas, que te seguirão por montes e vales? [...] Se neste claustro entrei, por m’o aconselhar assim a razão, faze por persuadir-me de n’elle permanecer por virtude [...] Que necessidade tinhas de encerrar-me n’este claustro?” (Heloísa a Abelardo, 1838: 52-76)

Na terceira carta trocada entre os amantes, notamos que Heloísa “considera-se culpada pelo infortúnio moral e físico causado a Abelardo” (Radice, 1974:130-131) ela acaba por atribuir à todas as mulheres o papel de criaturas ruins para a integridade e sucesso dos grandes homens. Ela assume (uma vez mais) o papel de Eva considerada culpada pelo declínio da humanidade. E, na esteira dessa ideia contínua de a mulher ser condenada e provocar a danação do homem, Heloísa busca o suporte desse entendimento em Provérbios (7: 24-27), em que é advertido ao homem não deixar o seu coração, sede dos sentimentos e da paixão, sujeito às artimanhas da mulher:

“Desgraçada de mim! Eu é que fui a causa de todos os teus males. Céos! E devia eu vir ao mundo para ser ocasião de tão trágico successo! Que perigo não corre o homem

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

illustre, que se deixa cativar das mulherís caricias! Desde a infancia deverão ter callejados os peitos, para que n’elles não fizessem moça os perniciosos attractivos de nosso sexo. Escutai, filhos meus, e mastigai esta lição, dizia em outros tempos o mais sabio dos homens; se com seu brando olhar uma mulher pretender conquistar-vos o coração, não vos deixeis seduzir de tão feiticeiras mostras; guardai-vos de provar do veneno que ella vos apresentar, de seguir a vereda que vos ensinar, a qual vai ter á sua morada, e á porta encontrarêis a perdição e a morte. Tenho reflectido e meditado largo tempo sobre este assumpto, e a conclusão que tirei foi, que a formosura d’uma mulher era mais perniciosa e fatal, que a mesma morte; o escolho onde naufraga o alvedrio; uma prisão que nos algemad’um modo indissolúvel.” (Heloísa a Abelardo, 1838:103)

Zeferino Rocha recorda alguns traços da sociedade do século XII na qual viveram Abelardo e Heloísa:

“[...] a sociedade era do ponto de vista religioso cristã; do ponto de vista sócio-político, uma sociedade feudo-clerical e do ponto de vista econômico, uma sociedade ainda prevalentemente rural, embora a partir do século XII, ela tenha paulatinamente se transformado numa sociedade urbana por causa do desenvolvimento econômico e do crescimento demográfico.” (Rocha, 1996: 83)

Haveria uma disputa moral entre a Igreja cristã e a aristocracia, os únicos responsáveis pela capacidade de modificar os padrões sociais no período da idade média. A Igreja redefiniu instrumentos para reformular o casamento e adequar as normas para a sociedade do século XI ao XII. A transição de uma sociedade agrícola para uma sociedade urbana, colocaria também a aristocracia sob a pressão de uma crescente burguesia, mais viajada e menos apoiada no património agrícola, sustentada pelo matrimónio. Para elucidar alguns pontos, utilizamos o texto de Eliane Ventorim, intitulado *Misoginia e Santidade na Baixa Idade Média*, sobre a representação e o papel da mulher na Idade Média. Neste texto, o casamento é apresentado como instrumento norteador da representatividade da figura feminina, relacionando a sua missão com a salvação religiosa:

O Seminarista de Bernardo Guimarães e Eurico, o Presbítero de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

“A Igreja instituiu então o sacramento do matrimônio para saciar e controlar as pulsões femininas. No casamento a mulher estaria restrita a um só parceiro, que tinha a função de dominá-la, de educá-la e de fazer com que tivesse uma vida pura e casta. Somente assim as mulheres poderiam alcançar a salvação.” (Ventorim, 2005: 194)

Ventorin salienta que a igreja modificou esta prática que hoje conhecemos por “casamento” para controlar as mulheres, fonte de perturbação masculina, acabando por afetar também os matrimônios que existiam na época e os padres que tiveram de adotar a prática celibatária. A princípio os padres não se casavam por dedicação à igreja, pautavam-se pelas práticas de Jesus Cristo que dedicava sua vida às orações e pregações. Como relata o sociólogo Fernando Altemeyer Júnior. Se em outros concílios prévios já se mencionava o tema, propondo-se a abstenção sexual de sacerdotes e desaconselhando o casamento de monges e freiras, só no primeiro e no segundo Concílio de Latrão o matrimônio foi sendo proibido oficialmente a membros da Igreja. Embora a decisão se tenha baseado em passagens bíblicas (como, por exemplo, em passagens de S. Paulo como “É bom para o homem abster-se da mulher”, Co I, 7), foram as questões financeiras, associadas a bens e posses eclesiásticos, outras fortes razões para a adoção do celibato. Do século V ao XV, ao que parece, a Igreja enriqueceu com o celibato por não desfazer ou partilhar os feudos com os filhos dos padres (Altemeyer Junior 2015, 142).

Muitas destas visões atuais da história do feminismo podem não ter em conta alguns dados antropológicos, que controlam mais a mulher que o homem: independentemente da religião ou da cultura, há muito mais hárens para homens do que para mulheres. Ainda tendo em consideração os regulamentos da igreja acerca da castidade, do celibato e o celibato sacerdotal, conceitos e regras que se fossem mais flexíveis, fica-nos aberto ainda uma reflexão levantada por Johann Erich Biester em seu texto intitulado *Proposition de ne plus déranger les prêtres lors des cérémonies de mariage*. Biester nos fala sobre o instinto natural que nos faz amar quem amamos por escolha e quem amamos por termos gerado e em como o clero pode tentar impedir,

sufocar e dominar estes instintos. Ele tenta responder ao porquê de a religião, ou pelo menos o clero, insistir em acompanhar tão de perto este importante contrato, mais do que qualquer outro. Admite que essa intenção foi em parte benevolente, que este contrato se tornou sagrado, honroso e inviolável, mas que por outro lado, o clero procurou apoderar-se deste assunto que é, segundo o filósofo, um dos mais importantes da raça humana (Biester, 1991: 39). O papa defendia que nenhum casamento seria válido se não tivesse sido abençoado pelo clero, mas que também se tornaria um sacramento, um vínculo indissolúvel. A Igreja (católica, mas também em algumas formas de protestantismo) passou a proibir os sacerdotes de se casarem, alegando que um sacramento, da ordenação sacerdotal, proibiria outro, o do matrimônio. Biester realça que, “em certos países mais esclarecidos”, o tribunal civil tratava este assunto do contrato matrimonial como qualquer outro. Se a regra de lei natural permite que um vínculo seja quebrado por não se poderem cumprir as condições em que foi celebrado, porque pode o clero continuar a impedir a rutura do contrato ou a celebração de novas condições? Porque apenas este contrato do casamento está sacramentado *ad eternum*, e não os outros tipos de contrato civis, que podem ser cancelados por vontade de ambas ou uma das partes? (Biester, 1991, p. 40). Ele termina esta proposta deixando bastante claro que a interferência do clero nesta prática pode ser muito prejudicial, especialmente no tocante às proibições para os padres que, embora temam à Deus, são pessoas comuns:

“Dieu nous préserve! Quel aspirant noble l’avouerait de son fils? L’introduction du cuncubinage répandrait de nouveau les joies de la nature et le bonheur familial, auxquels les préjuges actuels et le luxe sont si préjudiciables; il procurerait une foule d’enfants sains, courageux, ayant reçu naissance et éducation de parents nobles, qui valent un peu plus que la canaille séditeuse, paresseuse, perdue, qui, sous le nom de colons, est fixée à grands frais dans bien des lieux – Eh bien, que cette union concubinale soit valable sans clergé! Ce sera toujours un pas de fait.” (Biester, 1991: 44)

Destes exemplos, que vão da Idade Média ao fim da Idade Moderna, fica claro que a condição da clausura feminina ou a impossibilidade de divórcio, num contrato em que o comportamento masculino tinha regras bem mais constrangedoras para a mulher, eram questões cada vez mais problemáticas. Este texto de Biester é de 1783, foi publicado no jornal *Berlinische Monatsschrift*, e dará origem à questão que define ainda hoje o Iluminismo: *Was ist Aufklärung?* (O que é o Iluminismo?), em que participarão vários filósofos alemães, como Kant. Também a clausura masculina era questionada por estes textos do Iluminismo setecentista, e desde logo na Alemanha, entre o pensamento protestante. Também sofriam os homens com as imposições. Mas são as mulheres que Kant refere logo no início do seu texto, quando tenta responder àquela pergunta desafiante: o que é “esclarecer”? o que é o “esclarecimento”?

“Que de loin la plus grande partie de l’humanité (et notamment le beau sexe tout entier) considère le pas à franchir pour accéder à la majorité comme non seulement pénible, mais encore dangereux, c’est à quoi s’appliquent ces tuteurs qui ont eu l’extrême bonté de se charger de sa haute direction.” (Kant, 1991: 73)

“Que a maior parte da humanidade (e nela todo o sexo feminino) considere, não só a dificuldade, mas também o perigo, de dar o passo decisivo para alcançar a maioria, tal é o pensamento que incutem esses tutores que, na sua extrema bondade, se encarregam de a guiar”. Essa menoridade dos indivíduos (os homens, mas também por maioria de razão as mulheres), que encontramos nos romances de Herculano e Guimarães, está já aqui nestas reflexões setecentistas sobre o que é o esclarecimento. Os romances de Herculano e Guimarães são por isso esclarecedores da clausura, das trevas a que se remete quem não pode desabrochar. Não nos referimos aqui apenas à reclusão institucional propriamente dita por meio do encarceramento forçado, mas igualmente à reclusão por escolha ou pela falta dela. A reclusão de Margarida, personagem de Bernardo Guimarães, exemplifica a escolha da solidão e da privação da vida em sociedade por não poder ficar com Eugênio, seu único amor desde a infância. Todas tiveram suas vidas controladas, quando não era pela religião, por

O Seminarista de Bernardo Guimarães e Eurico, o Presbítero de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

outras pessoas defensoras da moral da época. Evidentemente as consequências para os homens (Eurico e Eugênio, neste caso) eram menos catastróficas que as sofridas pelas mulheres.

“Para os homens, o cristianismo não interferiu com as muitas esferas de atuação que sempre tiveram ao dispor, para além de serem filhos, pais ou esposos. Isto é, os homens podiam continuar a ser soldados (ainda que com algumas condições), funcionários públicos, mercadores, agricultores...podiam escolher o sacerdócio, o que se traduzia numa vida ativa e exposta às comunidades, e mesmo assim podiam ser bons cristãos, sem que a recusa da sexualidade afetasse estas múltiplas formas de atuação nas comunidades.” (Dias, 2015:25)

É válido recordarmos que Eugênio conseguiu, mesmo contra a sua vontade, seguir na vida eclesiástica, estudar, conhecer outras coisas para além da pequena vila de Formiga em Minas Gerais, ambiente no qual passou sua infância. Visitava com frequência a sua família e era estimado por vizinhos e familiares. O narrador retrata-o sempre bem visto e respeitado onde passava. Eurico, o presbítero de Carteia, pôde ser soldado e já no fim da narrativa torna-se herói coletivo. As mulheres, por sua vez, não podiam fazer nem metade disto, porque lhes era negada qualquer opção pública fora do casamento. Paula Barata Dias sintetiza estas limitações:

“Ao que parece, para as mulheres, o celibato e a continência como mensagens de um cristianismo mais perfeito vieram pôr em causa as fontes legítimas do seu mérito face à comunidade. Isto é, se ser cristã perfeita é incompatível com o ser esposa e mãe, o que cabe às mulheres? Dar corpo à virgindade consagrada, e mais longe ainda, a árdua escolha do isolamento e da reclusão.” (Dias, 2015, p. 25)

Foi exatamente o que aconteceu às já mencionadas Heloísa e Mariana Alcoforado: essa incompatibilidade entre ser uma religiosa e qualquer outra coisa a mais, tal como amantes, esposas ou simplesmente livre para sair do espaço que lhe era destinado.

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

Suzanne Simonin, em *A Religiosa* (romance de Diderot escrito em meados do século XVIII, mas só publicado postumamente em 1796), é também uma personagem que vai marcar a literatura oitocentista, sensibilizando os leitores dos romances para esta revolta da mulher face à clausura religiosa, ainda que não fosse um livro recomendável ou acessível para o leitor comum. *A Religiosa* conta, em forma de memórias, a história de Suzanne, uma jovem forçada por sua família a tornar-se freira. Tal imposição funda-se em razões sobrenaturais: sua mãe, na intenção de obter redenção e entrar no reino dos céus, e também por interesse material, pois visava favorecer a herança das restantes filhas, encaminha Suzanne, a filha ilegítima/bastarda para o claustro. No entanto, Suzanne não tem vocação religiosa e, mesmo após professar os votos, recorre à justiça civil, mas pede anulação sem êxito. A jovem acaba passando por três conventos onde vive o desespero causado pelos rígidos valores religiosos e acaba por testemunhar nas demais enclausuradas os efeitos perversos da privação da liberdade. Esta narrativa segundo afirma Franklin de Matos em seu texto de 2003, *O Corpo Enclausurado*, “tornou-se uma célebre denúncia dos efeitos nocivos da instituição dos claustros” (Matos, 2003:350). Com efeito, o texto de Diderot aborda de forma aberta dois problemas discutidos pelos filósofos, e depois pelos revolucionários: os efeitos provocados nos seres humanos pela privação da liberdade e os aspectos sociais das vocações religiosas femininas:

“Mais precisamente, haveria em *A Religiosa* um duplo tema: o das ‘vocações forçadas’ e a da ‘vida monástica’, tratados de um ponto de vista ao mesmo tempo psicológico e social ou, se quisermos, da perspectiva da moral individual e social.” (Matos, 2003: 351)

Para a nossa tese, além desses dois aspectos mencionados, há um outro, a ser observado no romance de Diderot, realçado por Roberto Romano na introdução que redigiu para a edição brasileira: o papel da igreja católica na Idade Contemporânea.

“Diderot captou, antes dos pensadores políticos modernos, a lógica do intolerante marcado pela sombra do grande inquisidor, capaz de se voltar contra o Cristo que lhe

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

deu a vida, a existência e o ser. Na figura de Simonnin, ele descreve a monstruosidade oferecida por uma instituição cujo alvo seria salvar o corpo e a alma, mas que, diante da primeira recusa, prende, tortura e mata” (Romano, 2009:43)

Neste texto de Roberto Romano, fica bastante claro que, durante séculos, e ainda hoje, as pressões sociais da religião sobre o sexo feminino foram bastante fortes, e estiveram presentes de diferentes maneiras. Ele não esquece os aspectos carregadamente misóginos que sempre serviram de base para a nossa sociedade.

Suzanne, em sua vã tentativa de obter liberdade, acaba por encontrar em sua jornada uma interminável sucessão de prisões. Utilizamos “prisões” aqui no sentido lato de encarceramento, privação de sua independência e autonomia, pois em diversas passagens da obra o autor faz menção a celas, prisões, falta de liberdade de escolha... Esses termos sugerem uma luta espiritual e intelectual, bem mais profunda do que apenas a luta jurídica da personagem para anular os votos professados e ser livre. Direcionando o olhar crítico de forma mais ampla, perceberemos que as questões da obra atingem as outras mulheres do romance. A começar pela mãe de Suzanne, uma mulher cheia de culpa, na tentativa de seguir a moral cristã, que sofre a pressão social de ter trazido ao mundo uma criança bastarda, não vendo outra alternativa que não fosse mandá-la para uma vida infeliz no convento. Seria essa mãe mais uma vítima?

“[...] teu nascimento foi o único pecado grave que eu cometi; auxilia-me a expiá-lo; e que Deus me perdoe trazer-te ao mundo, em atenção às boas obras que praticares. [...] de teu pai não aguardes nada, ele partiu antes de mim, viu o grande dia, aguarda-me; minha presença será menos terrível para ele do que a dele para mim.” (Diderot, 1968: 64)

As irmãs de Suzanne casaram-se e passaram a ser “propriedades” de seus cônjuges. Temos também as freiras dos conventos pelos quais passou Suzanne, mulheres submissas às mães e a um ser divino, todas destinadas viver sob supervisão de outrem, ou seja, à todas restava algum tipo de alienação física, moral ou social. A

Suzanne restou a infelicidade do convento: “[...] e o convento, para mim, é uma prisão mil vezes mais terrível do que aqueles que guardam os criminosos; é necessário que eu saia ou morra.” (Diderot, 1968: 86).

O que há em comum entre essas personagens? Heloísa, Abelardo, Mariana Alcoforado, Suzanne, entre tantos tempos e espaços distintos? A morte espiritual. A vida em clausura. A impossibilidade de escolha. A impossibilidade de viver suas vidas com liberdade, as imposições feitas pela igreja e pela sociedade. O problema ético observado está centrado no "abrir mão de seus desejos" que acontece por imposição, ou seja, é desta forma que ocorre a castração psicológica das personagens enclausuradas, resposta a uma das perguntas que nos propusemos a responder no início desta dissertação.

2.3 O método comparativo e o diálogo temático

As duas obras dos dois autores comparados nesta dissertação (Alexandre Herculano e Bernardo Guimarães) dialogam entre si e com o tempo em que foram implantadas medidas políticas que chocavam com as que eram associadas à vida clerical. São textos que dialogam e se complementam de alguma forma. Destarte é pertinente uma abordagem sobre literatura comparada para tentar esclarecer quais os aspectos que encontramos em ambos os textos.

“Pode-se dizer, então, que a literatura comparada compara não pelo procedimento em si, mas porque, como recurso analítico e interpretativo, a comparação possibilita a esse tipo de estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se propõe. Em síntese, a comparação, mesmo nos estudos comparativos, é um meio, não um fim.” (Carvalho, 1986: 7)

Partimos de uma afirmação de Tiphaine Samoyault: “Todo o texto é um mosaico de citações”, para chegarmos a uma valorização da intertextualidade: “o texto literário é uma rede de conexões” (Samoyault, 2008: 13). Com efeito é evidente que o texto de Bernardo Guimarães contém alguns pontos que parecem fazer parte da narrativa de

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

Herculano: o fatalismo no amor; a maneira violenta como os amantes foram afastados; o idílio infantil e da natureza como pano de fundo; o autoritarismo paterno e outras formas de tutoria, usando a terminologia de Kant; e a incompatibilidade entre o celibato e natureza humana. Esses elementos sub-temáticos tornam-se pontos de convergência.

O título da obra de Bernardo Guimarães, *O Seminarista*, já desperta certa curiosidade no leitor por tratar-se de um título deveras simples, que, no entanto, promete contar a história acerca de alguém formado nos seminários, espaço generalizado de educação masculina. Logo no início, não se sabe ao certo quem é esse seminarista, visto que os primeiros capítulos se centram na infância de Eugênio, personagem central, e só a partir do meio da narrativa esta opção da vida adulta começa a ser retratada. Também não fica logo claro o que o fez abraçar a vida eclesiástica e o que acontecerá ao longo da narrativa, mas inconscientemente, ou porque as histórias mais conhecidas envolvendo a igreja católica, de santos ou mártires, têm frequentemente finais trágicos, ou porque se espera que essa vida seja incompatível com a atração sexual, o leitor já espera que haja alguma resistência, alguma luta interna, ou dificuldade de aceitação, e eventualmente a morte de quem dedicará a vida à religião.

Eurico, o presbítero, título da obra de Herculano, por sua vez, também causa certa inquietude e curiosidade no leitor por tratar-se de um título igualmente simples, que promete, contar a história acerca de um presbítero. A diferença entre os títulos das duas obras está no nome do presbítero que surge logo na capa do livro, diferente da obra de Guimarães onde aparece apenas a função que a personagem exerce na vida eclesiástica.

Nesta obra de Herculano, ficamos a saber que se trata da vida de um jovem presbítero que, não por acaso, se chama Eurico, um nome de origem germânica que, segundo o Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa, tem origem no

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

gótico *Aiwareiks, e significa “rico em legalidade”, “homem muito recto” (Machado, 1984:605)⁵

É importante este carácter exemplar da personagem. O romance relata o amor impossível entre Eurico (personagem que, após descobrir o plano da penetração árabe no Reino Visigótico, deixa de lado a vida clerical e, sem quebrar seus votos, luta pelos Cristãos) e a igualmente nobre Hermengarda. A obra apresenta uma interpretação histórica da sociedade visigótica e dos invasores árabes e deixa claro ao leitor o conhecimento histórico do autor, não só da História de Portugal anterior à nacionalidade, mas também acerca da História do Cristianismo, nos seus tempos primordiais, de formação: o texto vai à raiz dos problemas.

Acerca dos espaços dentro das referidas obras em estudo, podemos pensar nestes espaços como uma extensão das personagens. Em *O Seminarista*, por exemplo, além desses espaços rurais serem importantes para situar o ambiente em que vai se passar a história, eles servirão de cenário paradisíaco ao enredo amoroso entre Eugênio e Margarida. Logo nas primeiras linhas do primeiro capítulo, o leitor fica a saber que os factos irão ocorrer em Minas Gerais, estado da região sudeste do Brasil, onde nasceu o autor. Minas é bastante conhecida por suas belezas naturais e na obra são notórias algumas comparações das personagens a elementos da natureza:

“A menina era morena; de olhos grandes, negros e cheios de vivacidade, de corpo esbelto e flexível como o pendão da imbaúba.” (Guimarães, 1999: 17)

“Margarida uma tez de um moreno delicado e polido, como resvalando uns reflexos de matiz de ouro. Os olhos grandes e escuros tinham essa luz suave e aveludada [...] os cabelos [...] lhe rolavam negros e luzidios sobre os ombros como as catadupas enoveladas de uma cachoeira.” (Guimarães, 1999: 43)

⁵ Termo retirado de (Machado, Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa 3v., 1984, p 605).

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

Para Cláudio José de Almeida Mello, em seu estudo *Relações entre campo e cidade na formação da identidade brasileira*, estas comparações marcam o Romantismo brasileiro, na sua busca de uma identidade nacional:

“[...] há no Romantismo de Bernardo Guimarães o indianismo (bastante idealizado, com uma dose de realismo no caráter de algumas personagens); o sertanismo (exaltando a natureza, mas querendo prender-se à veracidade dos fatos, portanto, também realista); a religiosidade (que vem ressaltar a dignidade dos valores do sertão); e, em algumas passagens, um estilo naturalista.” (Mello, 2010: 7)

Realce-se, nesta citação, que a religiosidade brasileira faz parte da identidade nacional, a par do indianismo ou do sertanismo. Após demonstrar, no início do livro, que a descrição do espaço será fundamental para a narrativa e que, em alguns momentos, nos parecerá que a oralidade dos casos sertanejos tomará conta da história (visto até que essa se torna uma das características do regionalismo de Bernardo Guimarães), é possível perceber que o espaço do campo se contrapõe à visão do seminário:

“O seminário, que nada tem de muito notável, é um grande edifício de sobrado, cuja frente se atravessa a pouca distância por detrás da igreja, tendo nos fundos mais um extenso lance, um pátio e uma vasta quinta. Das janelas do edifício se descortina o arraial, e a vista se derrama por um não muito largo, porém formoso horizonte.” (Guimarães, 1999:11)

Quando Eugênio é separado de Margarida, seu amor de infância, para morar no seminário e começa então a vida eclesiástica, as comparações do seminário com uma prisão são recorrentes. Existe um único espaço dentro do seminário que lembra vagamente o ambiente da fazenda onde viveu o menino durante toda a sua vida. Esse ambiente, o quintal, é o único que lhe dá uma sensação de liberdade. Mas fora isso, o seminário torna-se cada vez mais um espaço concêntricamente fechado, da sala de aula ao edifício, em contraste com a natureza envolvente.

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

“O regente dos submédios, entre os quais se achava Eugênio, costumava dirigir sua turma para o lado do quintal a uma extensa esplanada ou terraço formado por um muro, que serve de cerco à quinta, cujo terreno mais elevado fica, a cavaleiro sobre uma rua erma e quase sem casas, que corre ao lado do seminário. Há nessa esplanada um belo grupo de magníficas castanheiras silvestres, e viam-se também ali naquele tempo frescos e sombrios caramanchões de maracujá, e lindas latadas de flores trepadeiras. Gozava-se um ambiente fresco e perfumado, e a vista, se expandia ao longe por alegres e formosos horizontes.” (Guimarães, 1999:30).

A configuração da duração do tempo na narrativa pode associar-se aos conflitos vividos pelas personagens. A linguagem constrói essa associação por meio das hipérboles: “Lia e relia as páginas da lição a ponto de as esfarelar para conseguir gravar na memória algumas palavras.” (Guimarães, 1999, p. 31). A passagem do tempo aqui não é uma passagem de tempo de aprendizagem, mas, sim sentida e vivida sem mudança. Percebe-se essa passagem de muitas maneiras. O trecho seguinte demonstra que a passagem pode ser observada por meio da descrição que é feita dos estudos de Eugênio:

“A imagem de Margarida e a saudade do lar paterno enchiam-lhe de sombra o espírito e o coração para deixarem lugar às fastidiosas lições de gramática latina. O compêndio de Antônio Pereira foi para ele um pesadelo, diante do qual teve de gemer e suar por alguns meses.” (Guimarães 1999: 31)

O estudo da gramática latina faz parte da preparação do seminarista. É talvez difícil saber com toda a certeza a que lições de gramática latina de Antônio Pereira o romancista se refere. Trata-se da obra de Antônio Alvares Pereira Coruja, o *Manual dos estudantes de latim, dedicado à mocidade brasileira* (Rio de Janeiro, 1838) que conheceu tantas outras edições ao longo do século XIX? Ou ainda um manual do setecentista Antônio Pereira de Figueiredo, o *Novo methodo de grammatica latina, para uso das escholas da Congregação do Oratorio na Real Casa de N. Senhora das Necessidades*

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

(Lisboa, na Ofic. de Miguel Rodrigues, 1752)? Ou, ainda do mesmo autor, as *Figuras da syntaxe latina explicadas e illustradas segundo os principios de Linarco, Sanches, Vossio e Perizonio* (Lisboa, na Ofic. de Miguel Manescal, 1761)? Serão reedições de estudos setecentistas como as de António Pereira Xavier: a *Arte da grammatica latina pra uso das escolas destes reinos e instrucção da mocidade portugueza* (impressa em Lisboa, por Manuel Coelho Amado, 1773); ou a *Nova explicação da syntaxe latina de concordancia e regencia* (Lisboa, 1788)?

Talvez Bernardo Guimarães queira marcar a antiguidade dos materiais pedagógico-científicos usados nos seminários? Talvez ele se refira a uma das muitas edições oitocentistas, como a de António Pereira, *Syntaxe latina* (Rio de Janeiro, 1862)? Eram as usadas ainda em Portugal (Pereira, António Caetano, *Novo Methodo da Grammatica Latina, v.g.*, Lisboa, Impressão Régia, 1817)? Ou a adaptações como a de Lourenço Maximiano Pecegueiro, a *Syntaxe ou regencia e ordem da syntaxe de António Pereira* (Rio de Janeiro, na Tip. de Fortunato António de Almeida, 1855)? (Kemmler, 2013, pp. 145-176).

Independentemente do livro de gramática designado, fica sempre a impressão de que esse estudo pouco tem a ver com a função religiosa para que está a ser preparado. O estudo no seminário, assim descrito pelo romancista, parece reduzir-se somente a uma disciplina que é vista, cada vez mais, como inútil, associada aos conhecimentos das línguas chamadas “mortas”. Quando a religião é mencionada, ainda que indiretamente, como neste caso, nos parece que a narração é pautada pela negatividade ou pela crítica como demonstrada através de algumas palavras de cunho negativas encontradas no início do capítulo IV:

“Eis o nosso herói transportado das livres e risonhas campinas da fazenda paterna, para a monótona e austera prisão de um seminário no arraial de Congonhas do Campo, de barrete e sotaina preta, no meio de uma turba de companheiros desconhecidos; como um bando de anus pretos encerrados em um vasto viveiro”. (Guimarães 1999: 27)

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

O romance se apresenta de maneira muito peculiar, em uma época de grandes tensões nas esferas religiosas da sociedade brasileira. O crítico literário e historiador Hélió Lopes, responsável pela apresentação de uma das edições de *O Seminarista* de 2011 publicada pela editora Ática, assinala:

“A primeira edição de *O seminarista*, de Bernardo Guimarães, é de 1872. No ano anterior, no Rio de Janeiro, iniciava-se uma campanha pelos jornais contra o episcopado, pelo fato de o bispo da capital do Império ter suspenso de ordens o Padre Almeida Martins, maçom, que, às exortações do prelado, não abandonou a maçonaria. Foi este o primeiro incidente da assim chamada Questão Religiosa que agitou o país e levou dois bispos, D. Frei Vital e D. Macedo Costa, à prisão com trabalhos forçados. O episódio foi uma das causas para mais rapidamente se chegar à proclamação da República.” (Lopes 2011: 9)

Não existe nenhuma prova de que esses factos ocorridos próximos à publicação do livro tenham qualquer ligação com a motivação da escrita de Bernardo Guimarães, mas, a nosso ver, o romance de Bernardo Guimarães, veio alimentar as questões religiosas da época, em que se disputavam as opções profanas e as opções religiosas, a compatibilidade ou incompatibilidade entre as instituições profanas e as instituições religiosas. Não andava filosoficamente muito longe a questão de Biester, colocada no cerne do Iluminismo alemão: pode um contrato com uma instituição religiosa ser tratado de forma distinta dos restantes contratos?

Hélió Lopes também salienta que o romance se aproxima bastante em intenções com outras duas importantes obras da literatura portuguesa: *Eurico, o presbítero* (1844), de Alexandre Herculano e *O crime do padre Amaro* (1875), de Eça de Queirós. Porém Lopes considera *O seminarista* apenas um romance que possuía um fundo religioso, não sendo assim, a seu ver, uma obra polêmica:

“O caso de Eugênio e de Margarida pode, com mais seguras e boas razões, ser tomado sob outro aspecto. *O seminarista* é mais um relato pastoral, uma história de amor

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

nascido na infância, no meio de paisagem campestre e amena, onde certos elementos – a serpente, as imposições familiares e, sobretudo, a formação de meninos no seminário – são prenúncios da desgraça futura.” (Lopes 2011: 10)

Andrews Jr., em seu artigo *O seminarista, de Bernardo Guimarães*, em 1963, defende já a teoria de que Guimarães tinha trazido para dentro da corrente do romance brasileiro daquela época um elemento novo e inesperado: a questão do traço psicológico. Após analisar a visão que Bernardo Guimarães tem a respeito do celibato, considerado antinatural, ele menciona uma diferença fundamental entre Herculano e Guimarães. Enquanto Herculano aborda os problemas do espírito e do coração, Guimarães aborda os problemas do corpo. Dessa maneira, Andrews Jr. Justifica a quebra dos votos por Eugenio, como uma impulsão das leis da natureza biológica. Segundo ele, Guimarães considera a consumação uma “inescapável necessidade biológica e um fim em si” (Andrews Jr., 1963: 82). Ou seja, a luta interior de Eugênio, vista por Andrews Jr., como uma psicose, é consequência da repressão desta necessidade e frustração deste fim. Em sua opinião, “as leis da natureza”, que levam o novo clérigo à sedução, representam um tipo de determinismo dentro da concepção do romance” (Andrews Jr., 1963: 82).

O que importa para o crítico, na verdade, é o desenvolvimento do caráter do jovem seminarista, que é moldado a partir das influências sofridas. Para ele, Bernardo Guimarães cria um “protagonista mole e flexível, quase sem capacidade para ação independente, precisamente para que ele seja suscetível às influências dos elementos circunstantes” (Andrews Jr., 1963: 83), o que se dá através da adjetivação descritiva.

Todavia, esta questão biológica não pode ser atribuída aos indícios psicologistas dos finais do século XIX. Ela era já determinante nos textos setecentistas, quando se lamentava, sociológica e economicamente, o número de frades e freiras que tolhia o progresso da economia das nações, por não produzirem bens ou mão de obra. Ou quando o poeta J. Armstrong, autor de “The Oeconomy Of Love”, crê viciosa a abstinência forçada dos jovens sacerdotes, pôr a crer avessa à natureza humana: “Oh, my son, [...] renounce/ The vice of monks recluse, the early bane/ Of rising manhood”.

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

O poema será conhecido também, em Portugal e traduzido por José Anastácio da Cunha: “Ah, fuge/ Do vício que dos monges mancha os claustros/ E é da virilidade inda nascente/ Antecipada peste! (Cunha, 2006: II, 186-187).

A congruência existente em os elementos espaciais e o indivíduo ganha importância sempre que a natureza se opõe à vida comunitária enclausurada. A descrição do presbitério por Herculano podia ter estado na base da descrição do seminário que é feita por Guimarães. Não porque a de Herculano tivesse inspirado a de Guimarães, mas porque repetem entre si a mesma oposição entre o Éden e uma Torre de Babel medieval, em ruínas. Do lugar onde Eurico passa a viver logo após ser rejeitado por Hermengarda, filha de Favila, duque de Cantábria, Herculano dá-nos a seguinte visão:

“O presbitério, situado no meio da povoação, era um edifício humilde [...]. Cantos enormes sem cimento alteíam-lhe os muros; cobre-lhe o âmbito um teto achatado, tecido de grossas traves de carvalho subpostas ao tênue colmo: o seu portal profundo e estreito pressagia de certo modo a misteriosa portada da Idade Média: as suas janelas, por onde a claridade, passando para o interior, se transforma em tristonho crepúsculo, são como um tipo indeciso e rude das frestas que, depois, alumiarão os templos edificadas no décimo quarto século, através das quais, coada por vidros de mil cores, a luz ia bater melancólica nos alvos panos dos muros gigantes e estampar neles as sombras das colunas e arcos enredados das naves. “(Herculano, 2010:12).

O Cristianismo para Herculano, tal como foi também definido por Vitor Hugo no prefácio de *Cromwell*, aparece como a grande religião definitiva da Humanidade, como aquela capaz de trazer o acalanto moral e ético para os homens e uni-los sob um mesmo ideal de fraternidade universal:

“Une religion spiritualiste, supplantant le paganisme matériel et extérieur, se glisse au cœur de la société antique, la tue, et dans ce cadavre d’une civilisation décrépite dépose le germe de la civilisation moderne. Cette religion est complète, parce qu’elle est vraie

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

; entre son dogme et son culte, elle scelle profondément la morale. Et d'abord, pour premières vérités, elle enseigne à l'homme qu'il a deux vies à vivre, l'une passagère, l'autre immortelle ; l'une de la terre, l'autre du ciel. Elle lui montre qu'il est double comme sa destinée, qu'il y a en lui un animal et une intelligence, une âme et un corps; en un mot, qu'il est le point d'intersection, l'anneau commun des deux chaînes d'êtres qui embrassent la création, de la série des êtres matériels et de la série des êtres incorporels, la première, partant de la pierre pour arriver à l'homme, la seconde, partant de l'homme pour finir à Dieu." (Hugo, 1837: 05)

A igreja católica, como instituição, foi alvo de críticas tanto por parte de Herculano quanto de Hugo, contudo, ambos sempre ressaltaram o importante papel da força integradora exercida pela religião cristã. Acontece que ao lado dessas características civilizacionais e enobrecedoras existe também o lado negativo da permanente decadência: a da sociedade romana que também acabou por deixar marcas entre os visigodos na referida obra de Herculano, e a de uma modernidade que continuava vivendo entre as ruínas de uma esplêndida catedral.

O Cristianismo alcançou, nas obras de Herculano, um papel de destaque em sua análise e interpretação do passado medieval. Herculano jamais abandonou sua crença na mensagem humanística do Cristianismo, ele a manteve mesmo nos momentos em que se viu atacado publicamente por membros ligados à igreja, como no famoso episódio envolvendo a sua leitura sobre o "Milagre de Ourique", e na publicação de sua obra *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859). Herculano estudou no colégio dos Oratorianos com intuito de matricular-se na faculdade (Lopes, 2011: 705). Talvez essa educação religiosa, misturada com as ideias de rutura do Romantismo, o tenha feito tratar de maneira bastante particular as questões do Cristianismo. Mas poderíamos aproximá-lo, desde logo, de Chateaubriand e depois até de Vitor Hugo: a sua crítica à Igreja é em prol de uma renovada Igreja. Vitorino Nemésio em sua obra *A mocidade de Herculano* chama atenção para a aprendizagem híbrida do jovem Herculano, que ainda frequentou os salões da Marquesa de Alorna:

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

“Se o saber clássico de Herculano, pelo menos no aspecto linguístico, vinha basilarmente dos tempos em que foi ouvinte do Oratório, já as suas luzes de lógica, de psicologia, de dialética e mais disciplinas filosóficas deviam ter sido aumentadas com a cultura posterior.” (Nemésio, 1979: 175)

Já nos primeiros capítulos do romance, Herculano relata a visível decadência dos Visigodos traduzida na corrupção moral dos seus nobres, no arrefecimento do ímpeto guerreiro e na perda do frescor original de sua índole. Para ele, o apogeu do ímpeto gótico ocorreu na fusão das instituições “bárbaras” com as romanas e com a conversão dos Godos ao Catolicismo:

“Desde essa época, a distinção das duas raças, a conquistadora ou goda e a romana ou conquistada, quase desaparecera, e os homens do Norte haviam-se confundido juridicamente com os do Meio-Dia em uma só nação, para cuja grandeza contribuía aquela com as virtudes ásperas da Germânia, esta com as tradições da cultura e polícia romanas. As leis dos césores, pelas quais se regiam os vencidos, misturaram-se com as singelas e rudes instituições visigóticas, e já um código único, escrito na língua latina, regulava os direitos e deveres comuns quando o arianismo, que os Godos tinham abraçado abraçando o Evangelho, se declarou vencido pelo catolicismo, a que pertencia a raça romana. Esta conversão dos vencedores à crença dos subjugados foi o complemento da fusão social dos dois povos (...).” (Herculano, 1842:05)

Estes elementos, sendo distintos dos que ocorrem no romance de Guimarães, ideologicamente muito mais simples, não deixam de dialogar entre si, já que em ambos os autores se aceita e se contesta a leitura de uma imagética cristã.

Capítulo 3 - Clausura, loucura e morte

“Lamentava não poder acender as fogueiras da Inquisição. [...] Porque todo o padre, o mais boçal, tem um momento em que é penetrado pelo espírito da Igreja ou dos seus lances de renunciamiento místico ou nas ambições de dominação universal; todo subdiácono se julga uma hora capaz de ser santo ou ser papa; não há seminarista que não tenha, durante um instante, aspirado com ternura à caverna no deserto em que S. Jerónimo, olhando para o céu estrelado, sentia descer-lhe sobre o peito a Graça, como um abundante rio de leite; e o abade pançudo que à tardinha, à varanda, palita o dente furado saboreando seu café com ar paterno, traz dentro de si os indistintos restos de um Torquemada.” (Eça de Queirós, *O crime do Padre Amaro*, 1875)

Comparámos sumariamente as duas obras do nosso *corpus* com base no significado de clausura, tomando-as como continuidade de alguns modelos literários fundamentais para nossos embasamentos acerca das dificuldades da vida em clausura e da impossibilidade de escolha em viver uma vida com liberdade.

Ficou cada vez mais perceptível o problema ético centrado no "abrir mão dos desejos" em prol das escolhas de outrem. Isso foi crucial para nos apercebermos do quão prejudiciais foram, segundo Herculano e Guimarães, as imposições feitas pelo clero. Voltámos a ler sobre o Éden e após refletirmos acerca da interpretação cristã do *Gênesis*, ficou notório como e porque se tornou senso comum a culpabilização de Eva (a mulher/figura feminina) pelas desgraças humanas, construindo-se

arrevesadamente a sua submissão à vontade do marido (padre, irmão, pai ou figura masculina) como castigo da sua sedução, em conformidade com a mentalidade patriarcal do período em questão. Trilhamos com essas discussões um caminho para abordarmos a loucura e a morte, visto que, foi o que se sucedeu a todas as personagens mencionadas ao longo desta dissertação. Expulsos os seres humanos do Éden, um jardim fechado, que sentido tem a clausura para lá voltar? É a clausura um caminho para a castração psicológica das personagens femininas e masculinas? Uma forma de punição da culpa de querer saber?

3.1 Os tipos de clausura

Um livro de Sigmund Freud apresenta-nos três razões pelas quais os seres humanos seriam incapazes de vivenciar a felicidade plena. Seríamos seres inclinados ao sofrimento por três razões. Desde logo pela fragilidade de nosso corpo, um corpo vulnerável e suscetível ao envelhecimento e às doenças: sabemos que um dia o nosso corpo terá um fim. A segunda consiste nas catástrofes da natureza: podemos sofrer com os fenômenos naturais, a falta de água ou alimento. A terceira razão centra-se na dificuldade em sustentar os relacionamentos humanos.

“O sofrimento que provém desta última fonte talvez seja sentido de modo mais doloroso que qualquer outro [...]” (Freud, 2010: 63-64)

Ou seja, a única destas três razões citadas por Freud que conseguimos minimamente controlar, são os relacionamentos com outras pessoas, mas mesmo assim, não somos plenamente felizes pois é o mais incapacitante das três. A questão é, e quando nem isso podemos fazer? Hermengarda não pode controlar a sua relação com o seu pai Fávila e não pode controlar seu próprio destino. O que pode ela então controlar?

Jaime Ginzburg, em *Literatura, violência e melancolia* (2012), afirma que “Não estamos à mercê apenas da hostilidade da natureza e da passagem do tempo, mas da insegurança de não sabermos o que esperar dos outros e, em última instância, de nós mesmo” (Ginzburg, 2012: 80).

Em *A Religiosa* de Denis Diderot, e em outras obras de denúncia, os espectros da melancolia e da loucura são frequentes. Na obra em questão quatro religiosas padecem de loucura, que é temida por Suzanne e deve ser evitada – talvez, além de representar o último grau de perda da posse de si, no caso de Suzanne, imagem da irmã de Diderot que enlouqueceu no convento, ela represente ainda a perda da única forma pela qual ela conseguira se sustentar: a racionalidade instaurada através da linguagem verbal, esta mesma imprescindível para a existência do próprio romance. Perdesse Suzanne a sua razão e capacidade de verbalizar, e as memórias não existiriam.

Suzanne é delineada pelo narrador como vítima das imposições familiares e da religião, e acaba por transformar-se em um ser melancólico. Mas o que é a melancolia? Jaime Ginzburg enfatiza que a melancolia, desde Hipócrates, recebeu sucessivas definições. Ao longo dos séculos foi objeto de diferentes formulações conceituais, servia para nomear diferentes sintomas e males (Ginzburg, 2012: 56).

Sigmund Freud, em seu artigo *Luto e melancolia* (primeira versão de 1917), se detém num determinado aspecto da melancolia em que os melancólicos mostraram sempre um sentimento de perda, uma vivência sofrida em razão de alguma perda, sentem culpa. Perda e culpabilidade, em suas formas delirantes, andam juntas com a melancolia e levam o sujeito à construção delirante de sua indignidade moral. Freud chamou a essa culpabilidade delirante uma dor moral. O sujeito, que não é culpado pela perda, mas se responsabiliza por ela e se sente culpado e indigno, essa culpa é sentida por Suzanne, e a personagem descreve esse sentimento de perda que provém da sua liberdade de escolha, que é perda da sua essência (Freud, 2020: 51). Ela não tem vocação religiosa, mas parece ter perdido (ou terem-lhe tirado) qualquer possibilidade de fazer qualquer outra coisa. Segundo Fabiana Tamizari em *A Religiosa e a liberdade feminina no pensamento de Diderot*, o mesmo acontece com uma das madres superiores que “em

conflito com sua tendência sexual e atormentada pela culpa imposta pela religião cristã, adoece e morre, sendo assim, mais uma das vítimas provocadas pelo claustro.” (Tamizari, 2014: 63-64).

Podemos classificar a clausura vivida por Suzanne como clausura monástica, pois ocorre nos conventos, mas com ela ocorrem outras ‘não monásticas’, clausuras que acontecem dentro da sua própria casa. Esse tipo de clausura interfere na narrativa no exato momento em que os pais de Suzanne lhe tiram a sua liberdade de escolha fazendo a ir para uma vida enclausurada por coação. Mas há também uma clausura interna. Suzanne se vê enclausurada em seu próprio ser, quando tenta preservar a sua integridade moral ao fugir da já mencionada madre superiora em conflito com sua sexualidade e com seus valores cristãos. A impossibilidade de Suzanne provar às autoridades a sua falta de vocação e a tentativa frustrada de desfazer os votos anteriormente proferidos é o que causa uma indelével “castração psicológica”.

Concordamos com Fabiana Tamizari quando ela diz que “aparentemente para as mulheres do Século das Luzes, a liberdade ainda era um sonho e não uma realidade de fato.” (Tamizari, 2014:23). Mas devemos ter em atenção que Diderot não é tão derrotista, pois no final a sua personagem “ganha a vida”, literal e metaforicamente, ao trabalhar como lavadeira. Mais derrotista será Jacques Rivette, em 1966, quando ao fazer um filme baseado no livro de Diderot, lhe altera o final, e dita o suicídio de Suzanne.

3.2. As clausuras femininas

Hermengarda enclausura-se, por falta de escolha, no Mosteiro das Virgens Dolorosas. Ou será que Eurico tinha razão em acreditar que talvez ela tivesse escolha? Ele diz: “A ingratidão de Hermengarda, que parecera ceder sem resistência à vontade de seu pai” (Herculano, 2011: 6).

Eurico tinha razão ou não em relação a passividade de sua amada em aceitar a imposição do pai? O que sabemos é que ela se enclausurou. É um facto incontestável

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

que nos é dado pelo autor, talvez para o discutirmos. Centralizemos as nossas atenções numa Hermengarda acometida pelo mal do amor, numa mulher que sofre calada:

“Bem longo e atroz tem sido o meu martírio, porque ainda não achei no mundo alma com quem me fosse dado repartir o cálix do infortúnio; a quem houvesse de contar os tormentos que há tanto tempo me varreram dos lábios o sorrir.” (Herculano, 2011: 100)

Ter-se-ia ela tornado melancólica ou sempre o foi? A narrativa enfatiza os atos heroicos de Eurico: trocar a armadura de guerreiro pela batina do sacerdócio, enfrentar o mundo carregando no peito um coração devastado por causa de um amor impossível e em profunda solidão... No entanto, o único ato heroico atribuído à Hermengarda acontece no episódio da invasão árabe ao mosteiro onde nossa personagem divide a moradia com as outras monjas. O intuito dos invasores era a violação das monjas que, em princípio, tencionavam fugir para um local onde não seriam encontradas, mas infelizmente, não lhes foi isso possível, pois alguns godos, traidores da pátria, apoiavam os mouros e mostraram o caminho até o mosteiro.

No discurso das monjas, infere-se o respeito pelo voto de castidade, o casamento espiritual com Cristo e a negação aos desejos carnavais, e por isso optam pelo sacrifício. Jamais submeteriam seus corpos a este pecado, preferem a morte:

“O velho bucelário de meu pai mente à própria consciência quando afirma que os infiéis respeitarão a pureza de uma donzela goda: a infâmia tem sido escrita por eles na fronte das famílias mais ilustres da Espanha: o cutelo ou a prostituição é o que os árabes oferecem à inocência. Eu escolho o cutelo: a morte vale mais que a desonra. Porventura, para a evitar me guiou o Senhor ao Mosteiro da Virgem Dolorosa – Seja feita a vontade do Altíssimo – respondeu a abadessa alevantando ao céu as mãos, entre as quais apertava o punhal.” (Herculano, 2011: 60)

Seria essa vontade de cometer suicídio, em prol de sua honra, o único ato heroico de Hermengarda? Acreditamos que não. Aguentar uma vida isolada e nostálgica num mosteiro cujo nome é bastante peculiar, a propósito, pois encaixa-se perfeitamente na

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

descrição da personagem igualmente virgem, imaculada: “os lábios de donzela [...] o seu gesto angélico” (p.165); e sofredora: “[...] bem longo e atroz tem sido meu martírio” (p.166) também é um ato heroico. Talvez um dos mais heroicos. Mas o que dela nos fica são silêncios. Hermengarda precisa de enfrentar os seus próprios pensamentos, fragilidades, de ficar em companhia de seus fantasmas e inquietações, é isso que enfrenta a melancólica amada de Eurico. Ela enfrenta justamente com a clausura monástica a perda de si mesma, e enlouquece.

Por seu lado, Margarida, personagem de *O Seminarista* é delineada pelo narrador como alguém que sofreu grandes desgraças em sua vida. À primeira vista, temos um romance que contempla um amor juvenil e imaturo entre dois jovens que desconhecem a diferença de classes sociais, as motivações dos adultos e a diferença das oportunidades por nascimento. Enquanto Eugênio terá oportunidade de estudar, embora num seminário sob as imposições de seus pais e da religião, Margarida não terá as mesmas condições. Já de imediato essa diferença entre ambos, a educação formal de Eugênio, a informal de Margarida que por não ter acesso à escola e por não ter as posses que Eugênio possui, fica restrita aos ensinamentos das duas mulheres mais próximas, sua própria mãe e a mãe de Eugênio, sua madrinha.

Para adentrarmos nesta questão da educação das duas personagens, é válido recordarmos que, segundo registros históricos, os jesuítas já haviam sido expulsos de Portugal, do Brasil e até no Oriente pelo Marquês de Pombal, em 1759, e impedidos de continuar com seus planos de educação na Colônia, mas, a partir de 1822, no Brasil independente, apesar da proibição legal, tinham permissão tácita para a realização de algumas atividades educativas voltadas para projetos ideológicos cristãos. Há pelo menos a certeza de, em 1840, existir em Santa Catarina uma escola de Jesuítas, vinda talvez de expulsões no Rio da Prata, da mesma forma que entram no sul do Brasil, em 1872, muitos jesuítas que à data foram expulsos da Alemanha por Bismark. Bernardo Guimarães publica *O Seminarista* precisamente em 1872, quando a opinião pública devia estar discutindo essa expulsão e consequente imigração. A história contada no

romance, conforme Ligia Cademartori em "Arrojos e clausura", tem início por volta de 1830 (1999: 9).

No tocante a educação feminina – e obviamente aqui não se trata apenas do aspecto financeiro – é oportuno pensar neste contraste existente entre a educação de Margarida e a educação de Eugênio. Margarida já aos cinco anos de idade sabia como costurar e se preparava para ser uma mulher do lar cujo único objetivo era saber lidar com as tarefas domésticas: desde essa idade, a mãe de Eugênio e boa madrinha de Margarida “lhe pôs nas mãos a agulha e o dedal” (Guimarães, 1999: 26). Por seu lado, Eugênio, o herdeiro de terras e gados, tem expectavelmente uma educação escolar, em que é determinante saber ler, escrever, contar, da mesma forma que, no seminário, tem acesso a um saber intelectual, mais ou menos útil, para as suas funções. Seria essa falta de escolarização e de oportunidade uma outra forma de clausura enfrentada por Margarida? Se olharmos com cuidado para toda a trajetória de Margarida, facilmente perceberemos que esta foi desde logo uma vítima do sistema educativo, impedida de pensar, de “sair da caverna” – segundo a alegoria de Platão descrita no século IV, em *A República* – e obrigada a ver o mundo sob uma óptica fechada.

A clausura de Margarida, pode ser vista como a clausura não monástica, visto que ela não esteve trancafiada em um convento, não esteve em contacto com o mundo do claustro monástico. No entanto, ela também possui uma vida de clausura no espaço doméstico por renunciar radicalmente às possibilidades da vida amorosa e plena: faz isso por conta de seu amor por Eugênio, mas cortando e encurtando sua vida.

A educação formal que lhe foi negada também é uma questão importante e pode ser considerada um tipo de clausura também, visto que a educação é o princípio que move a dignidade da pessoa humana e, além de não ter tido possibilidade de escolha amorosa, não teve escolha de profissão (nasceu para os serviços domésticos, continuando o mesmo ciclo de sua mãe, das mulheres, de todas as mulheres).

Tirsa Regazzini Peres, com o seu artigo “Educação Brasileira no Império”, permite-nos afirmar que a educação de Margarida poderia ser sentida por um leitor da segunda metade do século XIX como anacrónica, própria de um tempo “atrasado”:

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

“Após a Independência (1822), com o advento da monarquia constitucional e sob a influência das ideias liberais há muito infiltradas no Brasil, a educação, anteriormente concebida como um dever do súdito, passou a ser compreendida como um direito do cidadão e um dever do Estado” (Peres, 2005: 01)

Peres também esclarece:

“Nos debates a respeito da educação popular, houve denúncias sobre o atraso em que está se encontrava, quer pela falta de mestres de primeiras letras e de Latim, quer pelos ordenados minguados que recebiam. Segundo convicção o geral e em cara ter de urgência, reivindicava-se a instrução popular em nome dos princípios liberais e democráticos que, associados ao movimento da independência, fundamentavam o novo regime então proclamado. Retomava-se, em verdade, a ideia de Jose Bonifácio, apresentada as Cortes Portuguesas, em 1821, sobre a inviabilidade de governo constitucional sem a instrução do povo.” (Peres, 2005:02)

Não é por acaso que Bernardo Guimarães refere a dificuldade de uma criança ir à escola, pois, segundo é descrito no primeiro capítulo do romance, a escola de primeiras letras ficava a “légua e meia” (Guimarães, 1999: 7) de onde moravam e não seria tão distante assim para que Margarida também a frequentasse. Não tivesse o Estado falhado com a educação de Margarida (e muitas outras diferentes Margaridas), as condições seriam diferentes, as opções seriam diferentes. Isto devem pressupor os leitores deste romance, lido hoje ou lido nos finais do século XIX. Teria sido ela uma vítima a menos dos infortúnios do encerramento em vida? Se o facto de ser mulher (considerado pela sociedade patriarcal da época como algo inferior), não fosse um problema, ou se ao menos as primeiras letras tivessem sido ensinadas à menina, a clausura vivida por ela pudesse ter sido evitada. Seu mundo seria outro. A questão é que os afazeres domésticos sempre foram a prioridade de Margarida, não por livre escolha, mas porque assim foi ensinada e desta maneira, faltava-lhe tempo, o conhecimento não era uma prioridade para quem nasceu como ela, filha de empregada. Seria a falta de oportunidade, a privação de educação básica uma espécie de clausura? Ousamos dizer

que sim. Encaixa-se no que temos chamado desde o início deste trabalho de clausura não-monástica. O que pretendemos defender com isso é a ideia de que, nestes romances, não é exclusivamente a instituição religiosa responsável por enclausurar um indivíduo. Por vezes basta ter por perto os defensores da moral cristã, pessoas com certo poder (neste caso os Antunes, pais de Eugênio) para intervir na vida e nas escolhas de outras pessoas que vivem sob seus “domínios” ou são dependentes por falta de opção. Basta isso para que a clausura aconteça e aconteça de forma tão cruel que é capaz de levar à morte ou à loucura. Repudiada pelos pais de Eugênio, Margarida ficou exposta a todos os embates de um destino cruel e a todas as seduições e azares de um mundo libertino (que ela optou por não adentrar). Mais tarde, com a morte de sua mãe, sua situação tornou-se ainda mais agravante diante dos esforços de sedutores em arrastá-la à prostituição. Ordenado padre, Eugênio volta à sua terra para celebrar uma missa e enlouquece após ver o corpo da amada num caixão:

“Num pobre caixão sem tampo, pobremente amortalhado, inteiriçava-se um corpo de mulher. Dois tocheiros ardiam de um lado e outro da cabeceira do caixão. Um lenço branco cobria o rosto da finada, e sobre o seu peito via-se uma capela de alvas flores, símbolo da virgindade. O templo estava quase deserto; apenas aqui e ali algumas velhas ajoelhadas murmuravam em voz baixa suas orações. O sacristão para se dar começo à encomendação, tirou o lenço ao rosto da finada; o padre soltou um grito rouco e sufocado, cambaleou, e teria baqueado em terra, se não deparasse o braço que o sacristão lhe apresentava para escorar-se. A finada era Margarida!” (Guimarães, 1999: 74).

Já completamente diferente de Margarida no quesito instrução, fora Heloíse, “femme savante”, ainda que exceção. De reputação intelectual extremamente reconhecida (é válido também considerarmos a diferença temporal gigantesca entre ambas) assemelham-se apenas na vida enclausurada, mas de diferentes maneiras. Heloíse deixa claro em sua troca de correspondência com Abelardo que jamais pensou em terminar os anos de sua vida solitária, em recolhimento religioso e a corresponder-

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

se por cartas com seu amado. Mas mais importante do que essa aceitação do claustro, que acaba por suceder na prática, é o facto de ela nunca ter aceitado fechar o seu pensamento, deixar a escrita.

Eugênio foi um menino criado solto em ambiente rural, precisou fazer um enorme esforço para permanecer preso entre livros, padres e outros meninos da mesma faixa etária. No entanto, com pouco acesso ao convívio normal e brincadeiras de criança. Sempre foi mais calado e centrado. A sua solidão é melancólica no paraíso. Mas só se torna extremamente violenta no seminário: esse tipo de reclusão a que Eugênio é exposto por anos a fio, o mantém longe das coisas que ele realmente ama. Foi bastante custoso que o menino se acostumasse à escola, porque a escola é o contrário de um paraíso natural, em que o único mal é a solidão. O narrador utiliza para essa mudança o verbo transplantar (como se transferisse um órgão) para a mudança do menino:

“Eis o nosso herói transportado das livres e risonhas campinas da fazenda paterna, para a monótona e austera prisão de um seminário no arraial de Congonhas do Campo, de barrete e sotaina preta, no meio de uma turba de companheiros desconhecidos; como um bando de anus pretos encerrados em um vasto viveiro.” (Guimarães, 1999: 10)

O narrador faz uso da palavra “encerrados” para descrever os meninos e faz uma analogia com uma ave preta (anus) que anda em bandos desordenados. Nota-se certa ironia do narrador, tendo em vista que, a ave é capaz de voar livremente e aqueles pobres meninos, não são porque estão encarcerados. É inevitável não pensar nesta oposição entre liberdade e prisão. A experiência de vida da personagem é completamente desvinculada de sua vida no seminário e é tão diferente que nos arriscamos a dizer que a personagem se anula, se torna incapaz de questionar a autoridade dos pais e padres. Até mesmo quando descobre que todos ao seu redor mentiram, inventando um falso casamento de Margarida na intenção de que Eugênio a esquecesse de vez, ele não consegue confrontar os pais ou padres. Não questiona os motivos que o levaram a tamanha hipocrisia, tendo em vista que, a mentira é abominada por Deus. Na Bíblia, se lê: “Portanto, cada um de vocês deve abandonar a mentira e falar

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

a verdade ao seu próximo, pois todos somos membros de um mesmo corpo” (Ef 4, 25). Reiteramos que os pais de Eugênio se diziam religiosos e introduziram seu único filho sem vocação na vida eclesiástica. Portanto, deveriam ser confrontados pelo filho, ou pela Bíblia (mas ninguém parece lê-la para além do literal).

Ao que nos parece, a vida em clausura levou Eugênio a um grau de loucura e a uma crescente apatia diante da vida. A ele lhe foi negado tantas coisas (amor, liberdade, prazer em escrever poemas, viver sua juventude livre e onde nasceu) que a loucura o acometeu.

Eugênio experienciou todos os tipos de clausura aqui mencionadas: clausura monástica, não-monástica, enclausuramento de si mesmo, incapacidade de enfrentar o mundo e confrontar as pessoas e finalmente, a loucura. Permitiu que todos interferissem em sua vida enquanto que, ele mesmo, nada fez. Ficou a assistir que destruíssem as suas possibilidades de uma vida digna e plena.

O confronto com o romance de Herculano parece ser útil, até porque recorda um tipo de presbítero que não se fica pelo pensamento e palavras: Eurico age. Eurico é o único dos quatro amantes que, aparentemente, consegue libertar-se de certo modo. Embora tenha entrado no claustro por ordem da autoridade eclesiástica, e não tenha tido a chance de ficar com o amor de sua vida, ele tem a opção de escolher: lutar por sua pátria. É possível observar que após alguns anos de abstinência, Eurico se vê na obrigação de retomar seu antigo ofício de gadingo e defender sua pátria, se necessário for, até mesmo morrer por ela. Abandona o celibato para ingressar na batalha contra os mouros por dois motivos: o religioso e o nacionalista:

“Sim, gadingo – Hoje que o império é abalado nos seus fundamentos; que os pagãos de África ameaçam derribar a cruz erguida no cimo das nossas catedrais; hoje, tu despirás a estribeira sacerdotal e cingirás de novo a deposta e esquecida espada. Em Córdoba, onde se ajuntam já as tiufadias da Bética, Eurico achará bom número dos seus antigos guerreiros, e os mais ousados mancebos, que ora

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

encetam a vida dos combates em defesa da pátria e da fé [...]. (Herculano, 2011, p. 79)

Considerações finais

Esta dissertação tinha como objetivo responder questões acerca da clausura a partir da leitura de duas obras do Romantismo com semelhanças periodológicas (*Eurico, o Presbítero*, de Herculano, e *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães). As questões pautavam-se em descobrir se podemos considerar a clausura uma agressão à natureza humana, mesmo que o motivo seja religioso, e, portanto, uma causa ou intenção “nobre”, se a clausura é um caminho para o apaziguamento da paixão e do amor impossível. Mas tínhamos como ponto de partida a sensibilidade ao tema, formado por um romance do século XVIII, *La Religieuse*, de Diderot. E esse ponto de partida tornou-se também um caminho inédito.

O primeiro passo do trabalho foi perceber, através das leituras da bibliografia selecionada, os tipos de clausura existentes. Em paralelo com a leitura das duas obras do *corpus*, foram lidas obras críticas que nos ajudaram a aprofundar a discussão. Mas, à medida que as líamos, mais exemplos surgiam de obras europeias que marcaram a literatura do século XVIII e XIX: nos referimos aos textos da literatura setecentista que se centraram nas questões da clausura feminina, não só *A Religiosa*, de Diderot, mas também outras que com ela dialogavam, por vezes anteriores ao século XVIII mas muito lidas ao longo do século, precisamente porque questionavam a eficácia dessa clausura, como as *Cartas de Abelardo e Heloísa* ou *As Cartas Portuguesas*, atribuídas a Soror Mariana Alcoforado e alguns outros mencionados ao longo da dissertação. Todos foram fulcrais para entendimento da clausura monástica e não monástica, feminina e masculina, visto que, nos ajudaram a abrir os olhos para o facto de o Cristianismo não ter interferido em tantas esferas da vida dos homens quanto interferiu na vida das mulheres e também por nos parecer que a questão religiosa é aqui somente um pretexto dos romancistas para discutir as clausuras não monásticas, nos indivíduos em geral, mas nas mulheres em particular. Ao que parecia, ser esposa e mãe era incompatível com ser cristã dedicada e perfeita. Uma cristã só era valorizada e classificada como perfeita quando sucumbia à virgindade consagrada, a castidade ou trocava a liberdade por uma vida enclausurada. Para os homens a história foi sempre

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

um pouco diferente. Mas as obras em questão, sobretudo quando lidas através da sua intertextualidade, revelaram o contrário. Parecem provar que um leitor, já um leitor do século XIX, podia ser sensível ao projeto revolucionário de mudança das mentalidades que pareciam imutáveis. E cremos ter provado que os autores destes romances, Herculano e Guimarães, tinham em vista essa mudança de mentalidades.

O percurso de investigação sobre nossos objetos literários, nos fez refletir, não apenas sobre nossa temática central, a clausura, mas também acerca de outros aspectos existentes na religião capazes de modificar a trajetória das personagens. Queremos também fazer refletir outros leitores. Ao longo da escrita dos três capítulos que compõem esta dissertação, uma aproximação comparativa das duas obras revela pontos de convergência e divergência que nos levaram a perceber como a clausura monástica serve de base para outros tipos de clausura e as obras visam reconsiderar práticas sociais mais extensas que em muito ultrapassam questões religiosas, do século XIX ou do século XXI.

Referências Bibliográficas

- Alcoforado, M. (1997). *Cartas Portuguesas*. Porto Alegre: L&PM.
- Apostólica, C. p. (1999). *Instrução sobre a vida contemplativa e a clausura das monjas*. Lisboa: Paulinas; p. 12-20.
- Assis, M. (1994). *Instinto de Nacionalidade* in: *Obra Completa: poesia, crítica, crônica, epistolário*. (24/mar./1873). Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Berlin, I. (2015). *As Raízes do Romantismo*. São Paulo: Três Estrelas. pp.25
- Biestner, J. E. (1991). *Proposition de ne plus déranger les pêtres lors des cérémonies de mariage* in: *Qu'est-ce que les Lumières?* Saint-Étienne: Presses Universitaires de Saint-Étienne pp. 39-44 .
- Bosi, A. (1994). *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.
- Branco, C. C. (2015). *Amor de perdição*. Leya.
- Calegari, C. L. (Vol. 34, n. 1, maio 2005.). *A expressão do Colonialismo em O Seminarista de Bernardo Guimarães*. Chasqui- Revista de Literatura Latino-americana, pp. 90-101.
- Candido, A. (1999). *Iniciação à literatura Brasileira*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP.
- Catroga, F. (1996). *Herculano e o historicismo romântico. História da História em Portugal: Séculos XIX-XX*.
- Cunha, J. A (2006). *Obra Literária*. Volume II, ed. Maria Luísa Malato e Cristina Alexandra Marinho, Porto, Campo das Letras.
- Dias, P. B. (29 de janeiro de 2015). Para uma compreensão da clausura monástica e Emparedamento enquanto fenômenos históricos e religiosos. pp. 1-33. Acesso em 06 de 1 de 2021, disponível em <http://journals.openedition.org/medievalista/1127>
- Diderot, D. (2000). "Sobre mulheres" in *DIDEROT, D. Obras I - Filosofia e política*. São Paulo: Perspectiva.
- Diderot, D. (2000). *Colóquio com a Marechala, in: Obras I – Filosofia e Política*. São Paulo: Perspectiva.
- Dinis, J. (1867). *As Pupilas do Senhor Reitor*. Lisboa: Ulisseia.
- Durkheim, É. (2003). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fernandes, M. E. (1995). Século e Clausura no Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XIX. *Revista de História - Universidade do Porto vol. 13*, 139-177.
- Freud, S. (2010). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre Rio Grande do Sul: L&PM. pp 63-70
- Freud, S. (2020). *Luto e Melancolia*. Formato digital e-pub: Lebooks Editora.pp. 51

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico*, o Presbítero de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

- Ginzburg, J. (2012). *Literatura, violência e melancolia*. São Paulo: Autores Associados.
- Guimarães, B. (1999). *O seminarista*. São Paulo: Moderna.
- Herculano, A. (1881). *A batalha de Ourique in: Herculano, Alexandre Opúsculos - (Tomo III) - Controvérsias e Estudos Históricos - (Tomo I) 1ª edição 1850*. Lisboa (Tomo I) 7ª edição: Livraria Bertrand.
- Herculano, A. (2011). *Eurico, o presbítero*. Lisboa: 1117.
- Herculano, A. (2014). *História da Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Lisboa: Maxtor.
- Houaiss, A. (2002). *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa. Elab. Instituto António Houaiss de Lexicografia, Banco de Dados da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Junior, F. A. (2015). Quem e como se fez o Concílio Vaticano II. *Espaços-Revista de Teologia e Cultura*, 141-150.
- Kemmler, R. (2013). Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latinoportuguesa nos séculos XV a XIX. *Veredas nº 19 - Revista da Associação Internacional de Lusitanitas*, 145-176.
- Lopes, H. (2011). *Um retrato de gente simples In: GUIMARÃES, Bernardo. O seminarista*. São Paulo: Ática.
- Lukács, G. (2011). *O Romance Histórico*. (R. Enderle, Trad.) São Paulo: Boitempo.
- Machado, J. P. (1984). *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. 3 v. Lisboa: Horizonte. Confluência pp. 605.
- Malato, M. L. (2002). O mito de Abelardo e Heloisa na poesia portuguesa de setecentos. *Revista da faculdade de letras línguas e literaturas - Porto XIX*, 267-286.
- Malato, M. L., & Baião, H. M. (2017). M. Raulin, français, philosophe : les (en)jeux d'un miroir inventé par Lima Bezerra. (Gerflint, Ed.) *Synergies Portugal nº 5*, 45-57.
- Marinho, M. (1992). O romance histórico de Alexandre Herculano. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas, II série, vol. 9*, 97-118.
- Marinho, M. (1999). *O Romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- Marinho, M. (06 de 02 de 2014). A falsa ingenuidade de Herculano. 165-176. Fonte: <http://hdl.handle.net/10216/70971>
- Marinho, M., Amaral, L., & Tavares, P. V.-B. (2013). *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*. Porto: Flup e-dita.
- Matos, F. (2003). "O Corpo Enclausurado - sobre A Religiosa de Diderot" in NOVAES, A. *O Homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras.

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

- Meirelles, J. G. (2015). *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)*. São Paulo: UFABC.
- Mello, C. J. (7 de 4 de 2010). Relações entre campo e cidade na formação da Identidade Brasileira: O programa estético de Bernardo Guimarães. *Literatura em Debate*, pp 01-16.
- Moisés, M. (2004). *Romance de tese*. In: *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix pp. 25.
- Montenegro, O. (1938). *O romance brasileiro. As suas origens e tendências*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Moura, H. e.-t. (1838). *Cartas D'Heloisa e Abailard (Volume 1 e 2)*. Paris: Livraria Portuguesa de J.-P. Aillaud - Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.
- Nascimento, M. V. (2016). Os Casos Mariana Alcoforado e Florbela Espanca: A Escrita Íntima como espaço para a ficcionalização da vida. *simpósio temático 16: As escritas de si femininas: os diários e cartas como espaços de produção literária Anais do VII Seminário Internacional e XVI Seminário Nacional mulher e literatura*, pp. 726-734.
- Nemésio, V. (1979). *A mocidade de Herculano*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Oliveira, Z. d. (1960). *O Padre no Romance Português*. Lisboa: União Gráfica.
- O'Neil, T. (2007). *A vinda da família real portuguesa para o Brasil*. Prefeitura Do Rio de Janeiro.
- Peres, T. R. (2005). *Educação brasileira no Império. "Cadernos de Formação—História da Educação"*. São Paulo pp. 1-184: Santa Clara/PROGRAD/UNESP.
- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.
- Radice, B. (1974). *The Letters of Abelard and Heloise*. London: Penguin.
- Rayez, A., Derville, A., & Solignac, A. (1984). *Dictionnaire de spiritualité. Ascétique et mystique, doctrine et histoire. Revue de Métaphysique et de Morale*. Paris.
- Remak, H. (1994). *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Ribeiro, S. M. (17-19 de abril de 2000). Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo. *Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*, pp. 1-26.
- Ribeiro, S. M. (2002). CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4, Coimbra, Portugal, 2000 – “Sociedade portuguesa: passados recentes, futuros próximos: actas”. *Ser Eva e dever ser Maria*. Oeiras: Celta Editora.
- Romano, R. (2009). *"Introdução" in Diderot, D. A religiosa*. São Paulo: Perspectiva.
- Samoyault, T. (2008). *A memória da literatura: A intertextualidade*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, C. J. (2014). *Devotos e Devassos: Representação dos Padres e Beatas na Literatura Anticlerical Brasileira*. São Paulo: Edusp.

O Seminarista de Bernardo Guimarães e *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano: a morte no espaço de clausura

- Saraiva, A. J., & Lopes, O. (2017). *História da literatura portuguesa* (17ª ed.). Porto: Porto Editora.
- Soares, A. C. (dezembro de 2012). Representações textuais da masculinidade- O celibato clerical em *O Ex-homem* de José de Alencar. *Revista PUC* nº 45, 61-85.
- Tilloy, A. (1899). Tratado theorico e pratico de Direito Canonico. *Revista Catholica* (trad. da 6ª ed. francesa pelo Cónego Miguel Ferreira d'Almeida), 111.
- Trindade, M. (1965). *O Padre em Herculano*. vol. 4: Verbo.
- Ventorim, E. (2005 nº 5). Misoginia e Santidade na Baixa Idade Média: os três modelos femininos no Livro das Maravilhas (1289) de Ramon Llull. *Revista Eletrônica da Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna*, 193-211.
- Villalta, L. C. (2016). *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Editora: Fundação Getúlio Vargas.
- Vitor Hugo, E. A. (prologue from 1837 book edition 1938). *Prefaces and prologues to famous books: with introductions, notes, and illustrations*. New York: P.F. Collier & Son.
- Volobuef, K. (1998). *Frestas e arestas: a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: Unesp (Coleção Prismas). pp. 160-170.
- Weinhardt, M. (1994). Considerações sobre o romance histórico. *Revista Letras*, nº 43 pp. 49-59.